

PREÇOS	
ASSIGNATURAS	
SEM ESTAMPILHA	
Por um anno	10\$000
Por seis mezes	5\$600
Por tres mezes	3\$000
Avulso por folha	\$040
Anuncios, por linha	\$060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, onde igualmente se deve remetter, *franca de porte*, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Annunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.

As pessoas que quizerem subscrever para o DIARIO DE LISBOA no 2.º trimestre do corrente anno podem dirigir-se á loja da venda do mesmo DIARIO, na rua Augusta n.º 224: os preços da assignatura são os seguintes:

Com estampilha..... 3\$600 réis
Sem estampilha..... 3\$000 „

A correspondencia para as assignaturas deve ser dirigida á referida loja, estampilhada e acompanhada da respectiva quantia. Os srs. assignantes do 1.º trimestre, que não quizerem soffrer interrupção na remessa do DIARIO, deverão em tempo renovar a sua assignatura.

Na referida loja acham-se á venda collecções do DIARIO DO GOVERNO dos annos de 1833 até 1859, pelo preço de 3\$000 réis por collecção de cada um dos ditos annos.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DAS ALFANDEGAS E CONTRIBUIÇÕES INDIRECTAS

Annuncia-se que no dia 1.º do proximo futuro mez de maio, pelas 11 horas da manhã, estarão em praça no thesouro publico, para serem arrematados definitivamente, os impostos denominados—*real de agua*—sobre o vinho e a carne que se consumir durante o triennio de 1860 a 1863, em todos os districtos administrativos do continente do reino, comprehendidos no districto de Lisboa os dois concelhos de Belem e dos Olivares, sob as seguintes condições

1.ª Que a arrematação será feita por tempo de tres annos, os quaes terão principio no 1.º de julho de 1860, e findarão em 30 de junho de 1863.

2.ª Que o preço d'esta arrematação é livre para a fazenda publica, e será pago, conjuntamente com os 10 por cento addicionaes a que se refere o artigo 3.º da carta de lei de 25 de abril de 1857, aos quartéis vencidos, entrando logo por deposito na caixa central do ministerio da fazenda, ou no cofre central do respectivo districto, o preço relativo a um quartel com os correspondentes 10 por cento acima mencionados, para ser com elles levado em conta no fim do contrato, ficando os arrematantes sujeitos, no caso de falta, ás penas declaradas na 6.ª condição.

3.ª Que, alem do dito preço e dos 10 por cento addicionaes, pagarão mais os arrematantes, por uma só vez, $\frac{1}{6}$ por cento do preço da renda de cada um dos annos do contrato, conforme determina a tabella do 1.º de agosto de 1851, confeccionada em virtude do disposto no decreto de 10 de julho anterior; e bem assim os competentes emolumentos pelos alvarás de correr.

4.ª Que os arrematantes prestarão, no acto da praça, dois fiadores idoneos para garantia da responsabilidade que contrahirem pela sua arrematação.

5.ª Que os mesmos arrematantes e fiadores aceitarão letras, dentro dos trinta dias immediatos da arrematação, pela totalidade do preço do contrato e 10 por cento addicionaes, com vencimento no fim de cada um dos quartéis, as quaes letras serão pagas n'esta cidade de Lisboa em logar fixo e determinado, e a sua importancia satisfeita em moeda corrente a esse tempo; ficando da mesma sorte obrigados por si, e *in solidum*, os socios dos aceitantes, no caso de qualquer falta de pagamento.

6.ª Que, da facto do aceite das letras, não resultará novação dos contratos, antes os arrematantes, logo que deixem de pagar alguma d'ellas, ficarão sujeitos a ser removidos dos mesmos contratos, e a considerarem-se estes, por similhante motivo, rescindidos para serem novamente postos em praça pelo tempo que ainda haveriam de durar, se não fosse a sua rescisão, e se proceder contra os arrematantes expulsos e seus fiadores, não só pelo que houverem deixado de satisfazer, como por toda a diminuição de preço que resultar das novas arrematações; ficando por consequencia os arrematantes desde logo, *ipso facto*, inhabilitados de continuar na respectiva cobrança.

7.ª Que, nas mesmas penas incorrerão os arrematantes que não apresentarem na direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas as indicadas letras, dentro de sessenta dias, contados do seu vencimento, ou não mostrarem a sua importancia legalmente depositada, para ser levantada por quem as apresentar.

8.ª Que no prazo de sessenta dias, consecutivos ao da arrematação, exhibirão os arrematantes e fiadores as suas habilitações em forma legal, a fim de que, julgada a sua idoneidade, verificado o deposito, pago o sexto por cento, e aceitas as letras, se expessam os competentes alvarás de correr.

9.ª Que os mesmos arrematantes não poderão entrar na posse e fruição dos seus contratos, sem terem apresentado ás autoridades locais os sobreditos alvarás de correr, a fim de que sejam competentemente registados nos livros dos manifestos.

10.ª Que os arrematantes, seus socios e fiadores, renunciam todos os casos fortuitos, solitos ou insolitos, cogitados e não cogitados, ordinarios e extraordinarios, sem d'elles se poderem valer, nem os poderem allegar para effeito algum, qualquer que elle seja, como é expresso no titulo 2.º § 34.º da lei de 22 de dezembro de 1761.

Anno 1860—Numero 73

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

10.ª Que succedendo haver duvida em qualquer das condições aqui estipuladas, ou em alguma clausula d'ellas, se entenderão sempre no sentido litteral; e as palavras, em que ellas são concebidas, na significação vulgar e pratica commum, tudo nos termos do § 28.º do titulo 2.º da citada lei de 22 de dezembro de 1761.

11.ª Que aos arrematantes pertencerão, na conformidade do regulamento do real de agua de 23 de janeiro de 1643, e cartas de lei de 21 de novembro de 1844 e 28 de junho de 1854, 1 real de canada de vinho que se vender para consumo em todas as terras do reino comprehendidas no contrato, e 4 réis em cada arratel de carne que se vender, tambem para consumo, no estado de verde, secada, salgada, fumada ou por qualquer forma preparada, quer seja de gado vacum, lanigero, cabrum ou suino; cobrando os referidos impostos, bem como os 10 por cento de que trata o precitado artigo 3.º da lei de 25 de abril de 1857, dos taberneiros, marchantes e vendilhões, e de quaesquer outros individuos que façam venda de vinho ou carnes em tabernas, açougues, lojas, tendas fixas ou ambulantes, em logares certos ou incertos, comprehendendo as feiras ou mercados, ou nas suas proprias casas.

§ 1.º Em todas as freguezias, porém, de que actualmente se compõe, ou vier a compor, o districto de Coimbra, compete ao respectivo arrematante receber 3 réis em canada de vinho, e 6 réis em cada um arratel das carnes especificadas n'esta condição. A arrematação d'esto imposto far-se-ha com distincção do real de agua no vinho, e do da carne; e da sua importancia será directamente entregue pelo arrematante, no cofre da junta geral do mesmo districto, para ser applicado á sustentação dos expostos, dois terços do preço por que for contratado o imposto do vinho, e um terço do da carne, conforme dispõe a carta de lei de 30 de março de 1858.

§ 2.º Que logo que venha a estar em vigor o novo systema de pesos e medidas, decretado em 13 de dezembro de 1852, os arrematantes receberão os impostos de que se trata, pelos novos pesos e medidas, feita a redução do antigo ao novo padrão, segundo as tabellas officiaes que forem publicadas.

12.ª Que a arrecadação dos referidos impostos verificar-se-ha pelos manifestos da carne e vinho, feitos na conformidade do alvará de 23 de janeiro de 1643 e das instrucções mandadas observar pela portaria de 12 de junho de 1854, os quaes manifestos serão examinados pelos arrematantes, todas as vezes que lhes convier, e dos mesmos lhes serão dadas quaesquer copias de que precisarem; ficando autorizados para, por si e seus propostos, fiscalisar um e outro artigo, sendo admittidos não só a assistir ao peso da carne que se offerecer á venda, mas tambem a examinar as vasilhas que se abrirem para a venda do vinho.

13.ª Que é permitido aos arrematantes fazer avenças de os taberneiros, marchantes, vendilhões, ou quaesquer individuos que vendam carne ou vinho; bem como dividir ou sublevar em partes menores as rendas que tiverem contratado; ficando, n'este caso, obrigados a fazer registrar nos livros dos manifestos as sobreditas avenças e escripturas das respectivas sublocações, sem o que a competente autoridade não consentirá que se faça a arrecadação dos impostos de que se trata.

14.ª Que os arrematantes ou seus sublocatarios não poderão exigir o imposto do real de agua n'aquelles logares, onde pela carne ou pelo vinho se pagar á fazenda o direito de consumo; assim como tambem não poderão exigir o mesmo imposto do real de agua d'aquelles generos que já o tiverem pago.

15.ª Que os arrematantes, seus socios e fiadores gozarão, durante o tempo do seu contrato, de todos os privilegios e isenções concedidas aos rendeiros da fazenda publica pelas leis do reino e regulamentos da fazenda que estiverem em vigor; sendo-lhes prestados, e aos seus agentes, pelas autoridades administrativas e fiscaes, todos os auxilios de que precisarem para se effectuar qualquer diligencia a bem da arrecadação dos rendimentos do seu contrato.

Direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 28 de março de 1860.—*Diogo José de Oliveira Silva Carneiro*.

1.º ANNUNCIO
Por participação do director da alfandega de Setubal, consta que, na noite de 24 do corrente, varará, no sitio do Penedo, ao norte do Cabo do Espichel, a barca franceza *Jean Jacques*, capitão S. Justin, procedente de Cotte, com carga de vinho e aguardente, para Rotterdam, tendo-se salvado a tripulação, bem como o velame e outros objectos. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do código commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 27 de março de 1860.—*Nuno José Gonçalves*.

DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIOS NACIONAES

VENDA DE FOROS, CENSOS E PENSÕES

NA POSSE E ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL

NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS

DE 30 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1852.

DECLARADO PELA CARTA DE LEI DE 9 DE MAIO DE 1857,

COM applicação ao CAMINHO DE FERRO DO NORTE.

Em cumprimento dos referidos decretos e carta de lei se annuncia, que vão andar em praça os fóros constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematação, no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer, devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de 30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em moeda metalica, e tres quartas partes em titulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal; sendo poroem livre aos arrematantes pagarem prestações, e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e aceitando letras pelas restantes, a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5 por cento; ficando

do os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsaveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova praça, a que os fóros serão levados, bem como inhabilitados de lancar n'elles; tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1837, e mais disposições posteriores.

Lista 1695

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRITO DE VIANNA

N.º DIA 4 DE MAIO DE 1860

Foros que foram da universidade de Coimbra

DISTRITO DE VIANNA
CONCELHO DE MONÇÃO
Nomenclatura do cadastro

6361

26541 Fóro de 225 réis, 21 alqueires de pão terçado, e 2 $\frac{1}{4}$ gallinhas, imposto em 1 praso; que consta de casas, curraes, palheiros, eiras, rociros, vinhas e terras, tudo no logar do Marco, freguezia de Nossa Senhora a Bella. Emphyteuta, Maria da Rocha, viuva—225\$620.

6363

26542 Fóro de 3 $\frac{3}{4}$ alqueires de pão meiado, imposto em 1 praso, que consta de 1 casal chamado o do Vidal ou Calçada, junto aos Passaços do Viçario, na freguezia de S. João de Longos Valles. Emphyteuta, Ignacio de Magalhães, solteiro, com seus consortes—38\$525.

6364

26543 Fóro de 37 $\frac{1}{2}$ réis, 1 $\frac{1}{2}$ alqueire de pão meiado, $\frac{3}{4}$ de 1 frangão ou 18 $\frac{1}{2}$ réis por elles, imposto em 1 casal chamado a Herdade do Vidal e Coutada da Barroca do Barro, e cerca chamada de Cima, na dita freguezia. Emphyteuta, João Alves, viuvo, do logar de Paradella de Baixo, com seus consortes—12\$682.

6365

26544 Fóro de 2 $\frac{1}{4}$ alqueires de pão meiado, e $\frac{3}{4}$ de 1 gallinha, imposto em 1 casal e terra, na vinha da Veiga de Vidal, junto ao campo de Vidal, perto da estrada que desce do Paradella para o extinto mosteiro de Longos Valles. Emphyteuta, Francisco Manuel Marinho, com seus consortes—25\$515.

6366

26545 Fóro de 37 $\frac{1}{2}$ réis, e 6 alqueires de pão meiado, imposto em 1 casal chamado de Linhares, Estivadilha e da Capella de Santa Catharina, no logar de Paradella de Baixo, junto á cerca do dito mosteiro. Emphyteuta, João Fernandes Laranjo, do logar de Vidal, e seus consortes—62\$380.

6367

26546 Fóro de 146 $\frac{1}{2}$ réis, 6 $\frac{43}{46}$ alqueires de pão meiado, e 1 $\frac{1}{8}$ gallinha ou 18 réis por ella, imposto em 1 casal, chamado de Linhares do Meio e Bouças, no limite do logar de Paradella de Baixo, freguezia de Longos Valles. Emphyteuta, Manuel Rodrigues, do logar do Outeiro, e sua mulher Francisca Luiza, com seus consortes—77\$801.

6369

26547 Fóro de 12 alqueires de pão meiado, e 3 $\frac{3}{4}$ gallinhas, imposto em 1 casal chamado da Paradella de Baixo, situado ao nascente da estrada, que vag do edificio do mosteiro de Longos Valles para o logar da Cavena e Silves, composto de 6 moradas de casas, curraes, palheiros, hortas, rociros, devesas, herdades dos Linhares da Costinha e do Regueiro, tudo na freguezia de Longos Valles. Emphyteuta, Francisco Fernandes, do logar de Paradella de Baixo, com seus consortes—135\$280.

6370

26548 Fóro de 22 $\frac{1}{2}$ réis, 13 $\frac{1}{2}$ alqueires de pão meiado, e 1 $\frac{1}{4}$ gallinha, imposto em 1 casal chamado de Paradella de Cima, composto de diversas casas, curraes, eiras, hortas, palheiros, pomar, tudo na freguezia de S. João de Longos Valles. Emphyteuta, Manuel José Alves, do logar de Paradella de Cima, com seus consortes—143\$940.

6371

26549 Fóro de 4 $\frac{1}{4}$ alqueires de pão meiado, $\frac{3}{4}$ de 1 alqueire de trigo, $\frac{3}{4}$ de 1 gallinha, imposto em 1 casal, chamado da Veiga de Chaos, e do Sabugueiro, composto das herdades da Veiga dos Chaos, das Uveiras, e Sobreessadas, situado ao sul do logar de Paradella de Cima, na freguezia de S. João de Longos Valles. Emphyteuta, Maria Martins, solteira, do logar de Silvas, com seus consortes—64\$946.

6374

26550 Fóro de $\frac{3}{4}$ de 1 alqueire de pão meiado, imposto em 1 moimho, a que chamam de Silva, ou Bouça do Cuco, circundado á roda, na dita freguezia. Emphyteuta, Isabel Rodrigues, solteira, filha de Manuel Rodrigues, com seus consortes—73\$705.

6375

26551 Fóro de 3 $\frac{3}{4}$ alqueires de pão meiado, e 2 $\frac{1}{4}$ frangãos, imposto em 1 casal, chamado das Veiguiñas, situado entre os logares de Cavena e Paradella, na dita freguezia. Emphyteuta Domingas Rodrigues, mulher de Manuel Dias, com seus consortes—41\$225.

6376

26552 Fóro de 247 $\frac{1}{2}$ réis, 16 $\frac{1}{2}$ alqueires de pão meiado, 1 $\frac{1}{4}$ alqueire de trigo, e $\frac{3}{4}$ de 1 frangão, imposto em 1 casal, chamado de Cavena, na freguezia de S. João de Longos Valles. Emphyteuta, Francisco Xavier Novas, com seus consortes—210\$482.

6379

26553 Fóro de 135 réis, 15 $\frac{3}{4}$ alqueires de pão terçado, e 1 $\frac{1}{4}$ alqueire de trigo, imposto em 1 casal, chamado da Forcadella, a que antigamente chamavam do Sarzedo, na dita freguezia. Emphyteuta, João Manuel Gonçalves, e sua mulher Maria José Afonso, do logar de Souto Fiscal, com seus consortes—182\$735.

26554 Fóro de 285 réis, e 9 $\frac{3}{4}$ alqueires de pão meiado, imposto em um casal, chamado da Portella, no logar do Outeiro, da dita freguezia. Em-

Quinta-feira 29 de Março

phyteuta, Manuel Rodrigues, e sua mulher Francisca Rodrigues, com seus consortes—105\$865.

6381
26555 Fóro de 45 alqueires de milho grosso, pago em dia de Todos os Santos, imposto em 1 quinta ou Passaços, que foram do extinto mosteiro de S. João de Longos Valles, em que se comprehende o edificio do dito mosteiro. Emphyteuta, Manuel Antonio Pereira Monteiro—440\$400.

Somma R. 1:775\$101

Declara-se que os fóros estão já reduzidos, e que o laudemio é de quarentena conforme a lei, e os que não designam vencimento são pagos pelo S. Miguel de Setembro.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 26 de março de 1860.—*Antonio Joaquim da Silva*.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição de agricultura

Usando da auctorisação concedida ao governo pela carta de lei de 27 do corrente mez: hei por bem determinar o seguinte:

Artigo 1.º É permittida pelos portos molhados e secos do continente do reino a livre introdução do trigo estrangeiro até ao dia 30 de abril, e do centeo estrangeiro até ao dia 30 de junho, do corrente anno.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario. Os ministros secretarios d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria, e dos negocios da fazenda, o tenham assim entendido, e façam executar. Paço das Necessidades, em 28 de março de 1860.—*REI*.—*José Maria do Casal Ribeiro*.—*Antonio de Serpa Pimentel*.

ASYLO DA MENDICIDADE

A administração d'este pio estabelecimento manda annunciar que recebeu do ex.º sr. marquez de Rezende a quantia de 40\$000 réis, com que Sua Magestade Imperial a senhora duqueza de Bragança, sufragando a alma de sua alteza real o principe D. Augusto, seu saudoso irmão, n'este dia anniversario do fallecimento d'este principe veiu em auxilio dos pobres.

Lisboa, 28 de março de 1860.

CORPO DE ENGENHARIA

ARCHIVO MILITAR

Em continuação ao aviso inserido no *Diario de Lisboa* n.º 65 do corrente anno, publicam-se as seguintes disposições, que se observarão nos exames do concurso para o provimento de alguns logares de desenhador do archivo militar:

1.ª Os exames terão logar no referido archivo; começarão no dia 18 do proximo mez de abril, pelas dez horas, e continuarão á mesma hora nos dias que opportunamente se irão annunciando no mesmo archivo. No caso que se torne necessario fazer algumas alterações ao que fica estabelecido, se annunciará tambem no archivo.

2.ª Se algum concorrente tiver motivo justificado, que o embarce de comparecer ao exame na occasião indicada, deverá dar parte ao presidente do jury até á hora de começar o exame. Não o fazendo, entende-se que renunciou ao direito de tomar parte n'este concurso.

3.ª Se o impedimento de que trata a antecedente disposição não durar mais de quinze dias successivos, será o referido concorrente admittido depois a executar o trabalho que lhe faltar para terminar o seu exame; mas se o impedimento for de tal duração, que, depois de acabada a generalidade dos exames, e de expirado este prazo, se não possa ultimar o concurso, não se esperará mais pelo concorrente, e se procederá ao apuramento dos outros concorrentes, e á competente proposta.

4.ª Tudo quanto fica expellido nas duas antecedentes disposições é applicavel ao concorrente que vier a achar-se incommodado durante o exame, e que justificar legalmente a continuação do impedimento.

5.ª Se por qualquer motivo o concurso for interrompido, os trabalhos já feitos não serão renovados.

6.ª Cada concorrente deverá vir munido dos artigos que lhe forem necesarios para executar o trabalho a que é obrigado.

7.ª O papel, em que cada concorrente ha de desenhado cada uma das provas a que tiver de satisfazer, será previamente por elle assignado, e rubricado pelo presidente do jury.

8.ª No fim de cada dia de exame o jury fará arrecadar o papel em que cada concorrente estiver desenhando, para lh'o restituir no seguinte dia de exame á hora de se começar o respectivo trabalho.

9.ª As perguntas que os examinadores julgarem necessario dirigir aos concorrentes só poderão ter logar depois de acabados todos os desenhos. Os examinados serão interrogados pela ordem que a sorte designar. Nenhum póde presenciar esta parte dos exames dos mais concorrentes senão depois de ter a ella satisfeito.

São concorrentes

Os srs. Augusto de Mesquita Cabral de Almeida
Emiliano Augusto de Bettencourt
João Carlos Bon de Sousa
João Estantislau Penaguão
José Maria Nepomuceno
Leonel Marques Pereira
D. Martinho de França Pereira Coutinho.

Secretaria do commando geral de engenharia, 26 de março de 1860.—*Ignacio Justino Christifiano Chianca*, secretario do corpo de engenharia.

PRIMEIRA DIVISÃO MILITAR

Não sendo aceitavel o preço de 290 réis por que Antonio Duarte se offereceu a fornecer cada uma ração de verde para os cavallos e mures dos regimentos de artilheria e cavallaria estacionados na 1.ª divisão militar, e havendo proposta de Manuel Augusto de Brito Chaves, obrigando-se a fazer este fornecimento pelo preço de 240 réis cada ração posta nos quartéis dos corpos, e 260 fóra d'elles, sustentando esta proposta em praça publica; foi determinado em portaria do ministerio da guerra, de 26

PREÇOS	
ASSIGNATURAS	
COM ESTAMPILHA	
Por um anno	12\$000
Por seis mezes	6\$600
Por tres mezes	3\$600
Communicados e correspondencias por linha	\$060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realizar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importancia das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

do corrente, que se abra nova praça, em cuja licitação se tome por base a mesma proposta, em consequencia do que s. ex.ª o sr. tenente general conde de Santa Maria, commandante da referida divisão, faz saber por este annuncio que no dia 2 do proximo futuro mez de abril, n'este quartel general na rua de S. José, pelas dez horas da manhã, se procederá á nova arrematação para o indicado fornecimento, com as formalidades e seguranças do estylo.

Quartel general da 1.ª divisão militar, 28 de março de 1860.—*Carlos Augusto Franco*, chefe do estado maior.

CONSELHO DE SAUDE NAVAL

E DO ULTRAMAR

Abre-se concurso por tres mezes, perante o mesmo conselho, a contar da publicação d'este aviso, para o provimento do logar de cirurgião-mór de Macau, em conformidade com o disposto no decreto de 11 de dezembro de 1851. Os facultativos que o pertenderem podem apresentar no hospital da marinha os seus requerimentos devidamente documentados.

Hospital da marinha, 30 de janeiro de 1860.—*Dr. Manuel Maria Rodrigues de Bastos*, presidente do conselho de saude naval e do ultramar.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 28 DE MARÇO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BALTHOLOMEU DOS MARTYRES

Sendo um quarto depois do meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 73 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lancar na acta as seguintes declarações:

1.ª Do sr. Gavicho, de que não póde comparecer na sessão de 23 por motivo justificado.—*Interrada*.

2.ª Do sr. visconde de Pindella, de que o sr. Antonio de Carvalho não póde assistir á sessão de hoje por incommodo de saude.—*Interrada*.

3.ª Do sr. Luiz Albano, de que o sr. Sousa Machado não póde comparecer por motivo de saude.—*Interrada*.

4.ª Do sr. Figueiredo de Faria, de que o sr. Meneses Pitta não póde comparecer á sessão de hoje por motivo justificado.—*Interrada*.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministerio da fazenda, acompanhando a representação, pedida pelo sr. Castro Ferrer, em que a camara municipal de Vianna do Castello solicita que se conceda novamente á alfandega d'aquella cidade a facultade de poder despachar fazendas sujeitas a sello.—*Para a secretaria*.

2.º Uma representação dos antigos officiaes das secretarias d'estado, e extinto erario, pedindo que se meliore o subsidio que percebem do thesouro.—*A' commissão de fazenda*.

3.º Dos egessos das extinctas ordens religiosas do districto do Porto, pedindo que lhes paguem integralmente as suas prestações.—*A' mesma commissão*.

4.º Dos moradores do

de que desejo interpellar a s. ex.^a sobre a directriz da estrada de Coimbra ao Ceira, approvada em portaria de 9 de novembro ultimo.—*Henriques Secco*.

2.^a Requeiro que seja prevenido o sr. ministro das obras publicas, commercio e industria, de que desejo interpellar a s. ex.^a sobre a falta de execução que o governo tem dado á lei de 12 de agosto de 1856, e especialmente acerca do silencio guardado pelo mesmo governo sobre diversas representações, que a junta administrativa lhe tem dirigido, e que comprehendem objectos importantes.—*Henriques Secco*.

Tem segunda leitura a seguinte proposta.

Renova a iniciativa do projecto de lei n.º 206, apresentado pela commissão de guerra da camara dos srs. deputados, com data de 5 de junho, na legislatura de 1857.

Sala da camara, em 27 de março de 1860.—*D. Luiz da Camara Leme*.

Admittida e enviada á commissão de guerra.

Igualmente tem segunda leitura os seguintes projectos de lei.

1.^o Do sr. Francisco Costa, autorisando o governo a restabelecer na villa de Ovar uma cadeira de grammatica latina.—*A' commissão de instrucção publica*.

2.^o Dos srs. Gonçalves de Freitas, Freitas Branco e Camara Leme, creando uma junta de saude na cidade do Funchal.—*A' commissão de saude publica*.

O sr. *Mousinho do Albuquerque*:—manda para a mesa um projecto de lei.

O sr. *Silva e Cunha*:—manda para a mesa duas representações das camaras municipais de Villa Pouca de Aguiar e da Ribeira da Penna, em que pedem que não seja alterada a directriz da estrada que deve ligar a provincia de Trás os Montes com a do Minho, estabelecida no contrato Langlois. Abstem-se agora de fazer largas considerações a este respeito, porque o objecto ha de ser tratado, entretanto as razões em que se fundam estas camaras são graves; trata-se de fazer uma estrada que liga duas provincias e não deve ser levada pelos extremos d'essas provincias, terreno mais desabitado e mais estéril, deixando o centro sem uma estrada de comunicação.

O sr. *Afonso*:—envia para a mesa duas propostas. A primeira tem por fim a fixação do direito de todos os cereaes nas alfândegas dos portos de mar, e portos secos, medida esta que todos devem reconhecer como de summa importancia.

A segunda dirige-se a reduzir os direitos das pautas nos objectos de immediato e forçado consumo para os lavradores, estabelecendo-se assim uma compensação pela concorrência que se lhes abre na admissoão dos cereaes estrangeiros.

O sr. *Custodio de Faria*:—manda para a mesa uma representação assignada pelos eggressos residentes em diferentes partes da provincia do Minho, pedindo o pagamento de suas prestações por inteiro. Outra assignada pelos eggressos residentes no Peso da Regua, e diversas terras da provincia de Trás os Montes, pedindo o mesmo pagamento; e na forma do projecto por elle apresentado em sessão de 25 de janeiro do anno passado, e iniciativa renovada na sessão de 9 de março corrente.

E abstando-se de repetir os fundamentos de tão justas representações, e já ponderadas por diferentes vezes, podia fôrrem remetidas á competente commissão, em que se acham o mencionado projecto e renovação de iniciativa, para serem tomadas na devida consideração.

O sr. *Pinheiro Osorio*:—pede ser inscripto para tomar parte na interpellação annunciada pelo sr. Gavicho, sobre os negocios do Douro; e ser inscripto para apresentar um projecto de lei.

O sr. *Henriques Secco*:—as suas primeiras palavras seriam as de uma sentida apellação para a consciencia do sr. presidente, a cuja rectidão entregava o avaliar se tinha havido justiça em o privar hontem da palavra, quando só a pedia para uma explicação toda pessoal, que era bem cabida, finda a materia que lhe dava lugar, e só então.

Daria porém agora essa explicação, que vae tanto a tempo quanto lhe é possível.

Da resposta que hontem lhe deu o sr. ministro das obras publicas, deduz-se que elle, orador, havia atacado o director das obras publicas do districto de Coimbra; quando a verdade é que nem profetiu o nome d'esse funcionario.

Disse, e novamente affirmar, que nos relatorios e projectos que com outros deputados pedira e lera, sobre o objecto que se agitava, se aggravam as difficuldades da directriz de Coimbra ao Ceira pela margem direita do Mondego, e se passava por alto pelas muito maiores do lado opposto, por forma que parecia haver o proposito de preferir, em todo o caso, a margem esquerda á direita; mas tal asserção não é injuriosa para ninguém, porque não asseverou haver n'isso mau proposito, e só assim o seria. E de mais era commun a todos que aconselham o governo ao arbitrio que tomou; e foi mais de um individuo.

De resto não deve omitir que, por muito bom avaliador que seja o director das obras publicas do districto de Coimbra, dos interesses da provincia e da cidade, não é justo que se faça aos povos um beneficio que elles não querem; e as representações unisonas dos mesmos povos e das camaras municipais provam assaz que elles não estão dispostos a aceitar o obsequio que s. ex.^a lhes fez na portaria de 9 de novembro do anno findo.

Tambem o sr. ministro fallou em desintelligencias d'elle, orador, na junta administrativa do Mondego, na qual o constituiu em minoria, quando si militante facto não vinha a proposito do que tinha dito, e era menos conveniente tocar n'elle, não estando presentes os outros vogaes da junta; mas se s. ex.^a quiz por isso lançar á conta d'elle, orador, a sem razão d'essas desintelligencias, redarguia-lhe que fizesse justiça, e breve, porque a não teme, honrando-se sempre dos seus actos e opiniões.

Porém nisto mesmo houve equivoque da parte de s. ex.^a, porque nem desintelligencias do que s. ex.^a tem conhecimento foram no centro da junta, nem tiveram por objecto a discussão dos meios da lei de 12 de agosto; foram no centro do conselho de administração, que é cousa diversa; e tiveram por objecto causas diferentes d'aquellas que o sr. ministro parece inculcar; mas, em todo o caso, o de que se carece é de que s. ex.^a proveja de remedio.

Dadas estas explicações pessoais, espera que as interpellações venham breve á ordem do dia, para expor a razão que lhe assistiu ao formula-las.

O sr. *Castro Ferraz*:—tendo os povos de Almeida infelizmente perdido o seu digno representante, é justo que o substitua, em quanto não elegerem outro, e muito prazer terá em levantar a sua voz a favor d'aquelles povos defendendo os seus interesses. Tem pois a honra de mandar para a mesa duas representações que os mesmos povos lhe dirigiram, uma para a instituição de uma cadeira de grammatica latina na praça de Almeida, e outra para a criação de uma camara, da qual Almeida seja cabeça.

Remette tambem para a mesa um requerimento do coronel reformado Seixas, que pede melhoria de reforma.

O sr. *Eleutherio Dias*:—manda para a mesa uma representação da camara municipal de Thomar, em que pede a continuação da estrada de Thomar aos Cabeços. São 10 a 12 kilometros que aquella camara municipal pede, e é de grande urgencia e necessidade que se faça quanto antes. Para se mos-

trar a grande urgencia e necessidade, basta dizer que, convergindo aos Cabeços e ás suas proximidades as estradas de Coimbra, da Beira Alta, Vizeu por Miranda do Corvo e Espinhal, Figueiró, Pedrogão, Castello Branco pela Certã, alem de outras de menos importancia, e sendo esta estrada de grande concorrência, ella se acha impraticavel, sobre tudo em alguns sitios, taes como em Ceras, onde a gente a cavallo e os almocreves passam vencendo grandes difficuldades, e encontrando a cada passo precipicios.

Alguns dos dignos membros da commissão de obras publicas conhecem esta estrada, e por isso espera que a illustre commissão attenda ao justo pedido da camara municipal de Thomar.

O sr. *Luiz Albano*:—renova a iniciativa do projecto que na sessão antecedente foi apresentado pela commissão de instrucção publica para a criação de uma cadeira de mechanica applicada na universidade de Coimbra, e pede que se reuna a este projecto o parecer do conselho da faculdade de mathematica, em que propunha a criação de uma cadeira de geometria descriptiva.

O sr. *Francisco Costa*:—apresenta um projecto de lei, regulando e estabelecendo a reforma dos empregados civis que tenham servido no ultimar.

O sr. *Conde da Torre*:—manda para a mesa uma representação da camara municipal de Obidos, em que pede o reparo de duas estradas importantes para aquelle concelho e concelhos vizinhos, as estradas de Obidos a Torres Vedras e de Obidos a Peniche.

O sr. *Thomás de Carvalho*:—em algumas sessões da legislatura passada apresentou requerimentos de varias corporações a respeito da divisão territorial, que todos sabem como foi feita, e as reclamações que causou, e entre outras pareceram-lhe muito justas as reclamações a respeito da divisão que se fez dos concelhos de Torres Vedras, Sobral, Ribaldeira e do antigo concelho de Azeiteira, e não pôde comprehender os motivos presumíveis porque se não tem dado parecer algum a este respeito. Muitas vezes insistiu com a commissão para que dissesse o seu pensamento, sobre se entendia que era melhor autorisar o governo para reparar os erros que se tivessem commettido na divisão territorial, ou se entendia que todos os requerimentos que tivessem sido dirigidos á camara e ao governo lhe fossem commettidos, apresentando á camara o resultado dos seus inqueritos a este respeito; mas por circunstancias que acredita mais politicas que economicas, a commissão não quiz nunca responder positivamente á pergunta que lhe dirigiu. Hoje acha-se na mesma situação, alem das antigas existirem novas reclamações; e pergunta á commissão de estatística se está resolvida a tratar seriamente d'este negocio, ou a seguir o exemplo das commissões anteriores, que nunca quizeram nem ao menos dizer o seu pensamento a este respeito.

O sr. *Dias de Azevedo*:—a commissão de estatística, de que tem a honra de ser presidente, tem-se occupado incessantemente dos trabalhos que estão a seu cargo, tratando de estabelecer um plano geral para a divisão territorial, e especialmente de remediar alguns erros e enganços que houve n'essa divisão, e sobre esse objecto em breve a commissão dará o seu parecer.

O sr. *Alves Martins*:—chama a attenção do sr. ministro do reino sobre a tirada de um livro importante da bibliotheca do Porto.

O sr. *Ministro do reino* (Fontes Pereira de Mello):—respondendo agora com muito gosto ao illustre deputado, deseja contudo que fique bem expresso o direito que tem como ministro, e segundo os precedentes da camara, de não responder ás interpellações senão quando é convidado para ellas, e quando se designar dia para se verificarem.

Quanto ao objecto é muito simples. Um cavalheiro, altamente collocado, e de uma grande distincção, disse-lhe que desejava ver um livro que se achava na bibliotheca do Porto, e que era raro, ficando responsavel por elle para o governo. Deu ordem ao director geral da instrucção publica no seu ministerio para que determinasse que o livro viesse a Lisboa sob a responsabilidade do cavalheiro a que se refere; o livro foi entregue, e o cavalheiro responde por elle.

O sr. *Alves Martins*:—está de accordo com s. ex.^a, que as interpellações devem ser annunciadas; mas tambem é certo que, afora esse rigor, sempre se tem feito perguntas que logo são respondidas, quando ellas são simples. O nobre ministro diz: «que sob responsabilidade de um cavalheiro mandará vir o livro do Porto» não acha isto muito curial; e não pôde por consequencia ficar satisfeito com esta resposta. O livro é raro, e pertence ao estado, e s. ex.^a sabe a possibilidade que ha de se extraviar um livro d'aquella qualidade; e por isso entende que s. ex.^a não devia dar o livro a pessoa nenhuma, fosse qual que fosse o pretexto.

O sr. *Ministro do reino* (Fontes Pereira de Mello):—não esperou nem espera nunca satisfazer o illustre deputado; o que tem esperança é de satisfazer a camara e a opinião publica. O que é certo é que até agora não se tem entendido as cousas da forma porque as entende o illustre deputado; por isso que no ministerio a seu cargo se tem feito isto mesmo que mandou fazer sob responsabilidade sua, garantida pela responsabilidade da pessoa a quem se entrega para ser restituído em tempo competente. N'estes termos o que fez o governo? mandou buscar um livro para ser visto; o governo responde pelo livro, e ao governo responde a pessoa a quem se entregou, e de quem tem o recibo, e que é um cavalheiro de toda a respeitabilidade.

ORDEM DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO NA GENERALIDADE DO PROJECTO N.º 13 SOBRE CAMINHOS DE FERRO

O sr. *Ministro do reino* (Fontes Pereira de Mello):—continuando o seu discurso, interrompido na sessão anterior, sente que as circumstancias do debate e o desenvolvimento que lhe quer da, não tivessem permitido concluir hontem o seu discurso, o que faz hoje, incomodando a camara ainda por alguns momentos.

Dizia hontem, occupando-se de uma condição, pela qual o concessionario é obrigado a fazer os movimentos de terra para estabelecer a segunda via, e quando o caminho tiver produzido um certo producto bruto, que o *quantum* d'esse producto bruto no actual contrato estava comparado de termo médio do que produzem camanhos de ferro d'esta ordem na maior parte dos paizes da Europa. Aqui está um apontamento do rendimento médio d'essas linhas:

Anno de 1856	
RECEITA BRUTA POR KILOMETRO EM DIFERENTES PAIZES	
	Média de 1847 a 1856
Caminhos francezes	48:467 fr. 41:547 fr.
» belgas (doestado)	35:573 » 28:291 »
» allemães	29:153 » 19:141 »
» inglezes	41:222 » 35:441 »
Média das médias	30:689 »

Pelas modificações ao contrato Salamanca, a empreza tem a fazer os aterros da segunda via, quando o producto bruto da exploração for

Linha de leste 25:000 fr.

do norte 30:000 »

Anno de 1847	
Caminhos francezes	
» belgas	43:163 »
» allemães	25:992 »
» inglezes	15:001 »
Média	29:872 fr.

Tudo isto mostra que o rendimento bruto adoptado na alteração não está em desproporção alguma com as médias dos paizes a que acaba de se referir.

Qual é a importancia d'esta condição, e de baixo de que ponto de vista deve ser encarada? Qual é o seu alcance economico e financeiro? Evidentemente é a vantagem ou a desvantagem que o governo pôde ter para a remissão do caminho no fim dos quinze annos; mas se acaso se mostrar que a remissão do caminho não fica affectada por esta disposição, cre que a camara ficará convencida, de que não ha inconveniente em estabelecer aquella disposição. Declara com toda a ingenuidade que não acredita muito na importancia d'esta disposição, entretanto todos os contratos a estabelecer, e o governo faltarão ao seu dever se não fizesse outro tanto. Ainda ha pouco a Austria fez uma grande operação financeira, entregando a uma companhia forte os caminhos de ferro que o governo tinha construido por sua conta; operação exactamente inversa d'aquella que estabelece a remissão: entretanto o principio da remissão é mantido em todos os contratos e no nosso; mas entre nós tem havido uma grande diversidade no modo de estabelecer essa remissão. Nós vemos que o contrato celebrado com sir Petto, estabelece a remissão no fim de quinze annos: tomando o lucro dos ultimos sete annos, separando d'estes sete os dois que tinham produzido menos, e estabelecendo uma annuidade correspondente ao termo médio do producto liquido, vê estes mesmos sete annos até ao fim da duração do contrato. Depois aconteceu que o concessionario já se não contentou com este principio, e pediu ao governo que o alterasse no sentido da concessão feita do caminho de ferro de Paris a Leão, ou chamado caminho de ferro *Bourbonais*; e o governo comprometteu-se a isso, e declarou que havia de trazer á camara esse projecto; mas mais tarde já não foi nem o systema *Bourbonais*, nem o primitivo: appareceu ainda na modificação de 28 de fevereiro de 1859 um outro systema de remissão, em que estabelecendo-se as regras geraes da remissão, comtudo introduziu-se uma clausula que era importantissima, e pela qual o governo ficava obrigado em todo o caso a garantir na remissão á companhia uma somma correspondente, pelo menos, ao juro de 6 1/2 por cento sobre o capital dispendido.

Ora esta disposição importantissima, que onerava o estado com uma somma de perto de 600:000\$000 réis, e que tornava illusoria aquella disposição, como diz a commissão de fazenda e obras publicas, em que se acham assignados muitos distinctos caracteres que tem assento n'esta causa, essa não foi copiada para o contrato Salamanca, e n'este contrato vemos o principio da remissão assente sobre bases muito mais rasoaveis e admissíveis; quer dizer, vemos o principio assentado primitivamente no contrato de sir Morton Petto, e depois elle proprio pedindo ao governo que fosse alterado e modificado.

Mas quaes são os casos em que pôde ter logar a remissão? Para que se faz a remissão do caminho de baixo do ponto de vista financeiro e economico?

Não pôde comprehender que nenhum estado se abalance a fazer esta operação, senão quando se persuada de que pôde levantar capitais para comprar o caminho de ferro, dos quaes lhe resulte um encargo inferior ao que o governo tomou sobre si quando deu uma subvencção, ou uma garantia do juro; fóra d'estes casos não ha razão possivel; o mais é um absurdo.

Se acaso o emprestimo se fizer em condições inferiores, das quaes resulte encargo maior para o estado, do que aquelle que lhe resulta do caminho de ferro em poder do concessionario, é evidente que o governo não pôde fazer essa remissão.

Por consequencia, ou o caminho tem sido bem negociado para a companhia e tem produzido bem, ou pelo contrario tem produzido pouco, e a companhia tem sido infeliz. Se tem sido bom negocio, isto é, se no fim de quinze annos o caminho de leste tem produzido mais de 25:000 francos, e o do norte mais de 30:000 de producto bruto, e n'esse caso já por consequencia o concessionario deve ter assentado a segunda via, qual é o perigo da remissão? Nenhum, porque o governo paga o caminho com as duas vias já feitas.

Mas supponhamos que se realizem as desconfinças dos illustres deputados, o que não cre, supponhamos que por qualquer circumstancia, os caminhos não tem produzido durante os quinze annos o producto bruto necessario, e em virtude do qual o concessionario é obrigado a assentar a segunda via, o que se segue é que ao governo lhe não convem remir o caminho, e não trata de o remir, por que ninguém, a não ser a isso obrigado, toma conta de qualquer negocio de que sabe evidentemente que lhe resulta onus em vez de proveito.

Não pôde por tanto admitir-se a hypothese de que o governo pôde ser prejudicado remindo o caminho, porque é absurda; nenhum governo se atreve a fazer tal.

Não ha, pois, senão estas duas hypothese: na primeira o governo não perde nada, na segunda não deve fazer a remissão.

O governo não pôde levantar capitais a juro baixo, por exemplo a 5 por cento, e quando chegar a epocha dourada em que o possa fazer, de certo os caminhos de ferro se não poderão considerar em circumstancias desfavoraveis. Na occasião em que o governo poder levantar um grande emprestimo a juro barato, isso é prova indicativa de que ha prosperidade n'este paiz, porque o juro do dinheiro é o thermometro infallivel para regular o estado de prosperidade publica de um paiz, e as suas circumstancias felizes ou infelizes. Se o governo poder levantar capitais baratos, é porque o paiz está prospero, e se elle o estiver, a companhia dos caminhos de ferro tambem o está, e n'esse caso a segunda via deve estar collocada, e o governo habilitado a remir o contrato; se o governo não poder levantar capitais baratos, não tem precisão de fazer a remissão.

Tem por consequencia demonstrado, que, mesmo de baixo d'este ponto de vista, o contrato deve ser approvado, e que não ha inconveniente em adiar os movimentos de terra para a segunda via, conservando o principio da remissão do caminho aos quinze annos, como está no contrato.

Fez-se outra observação que ainda não teve resposta, e sobre que deseja apresentar á camara algumas considerações.

Dizendo um sr. deputado, que o contrato em discussão era muito vantajoso do que o de sir Petto, porque o sr. Salamanca se obrigava a construir a ponte sobre o Douro, a que sir Petto se não quiz obligar, o illustre deputado que o precedera apresentou algumas observações e calculos para mostrar que, embora sir Petto não fizesse a ponte sobre o Douro, que se tem calculado em libras 200:000, e fazendo-a o sr. Salamanca, ainda assim o contrato com sir Petto era muito mais barato, porque elle tinha comprado o caminho de ferro de leste por 11:000 libras por kilometro, em quanto o sr. Salamanca o compra por 9:000 libras por kilometro.

Em primeiro logar observa á camara que ha uma circumstancia, que não foi apreciada pelo illustre deputado, a qual consiste no alargamento da via, e que só esse simples facto obriga o concessionario a uma despesa enorme em toda a parte do caminho de Lisboa a Santarem, porque estava construido para 1.^a 44, e tem de a emendar para 1.^a 67, e isto basta para elle ter a fazer uma despesa muito grande; o que se não dava no contrato de sir Petto, que não tinha mais do que continuar a via como

estava estabelecida. N'este caso pois ha já um grande encargo para o sr. Salamanca, que não havia para sir Petto.

Mas ha outras condições que se derivam das estipulações do contrato, a que o sr. deputado devia attender nos seus calculos.

Sir Petto comprou por 11:000 libras 50 e tantos kilometros, que eram os que estavam construidos até ao Carregado, e o sr. Salamanca compra 68 kilometros por 9:000 libras.

Sir Petto chamava caminho de ferro do norte a toda a linha de Lisboa até ao Porto, quer dizer, levava por cada kilometro desde o Carregado até ao Porto 5:500 libras de subvencção por kilometro. O sr. Salamanca chama caminho de leste o caminho de ferro de Lisboa até á Ponte da Pedra, e da Ponte da Pedra é que começa a contar a linha do norte, quer dizer, até á Ponte da Pedra recebe 4:500 libras por kilometro de subvencção, e só da Ponte da Pedra para o Porto é que começa a receber 5:400 libras por kilometro.

Feito assim o calculo, que lhe parece não poder ser contestado, dá o seguinte resultado:

CAMINHO DO NORTE	
CONTRATO PETTO	
328 kilometros a 5:500 libras por kilometro de subvencção	1.804:000
Deduzindo 68 kilometros a 11:000 libras por kilometro	748:000
Importancia total da subvencção	1.056:000

CONTRATO SALAMANCA	
228 kilometros a 5:400 libras por kilometro de subvencção	1.177:200
110 kilometros a 4:500 libras	495:000
	1.672:200
Deduzindo 68 kilometros a 9:000 libras por kilometro	612:000
Importancia total da subvencção	1.060:200
Importancia total da subvencção do contrato Petto, como acima	1.056:000

Augmento da subvencção no caminho de ferro do norte, segundo o contrato Salamanca, a respeito do contrato Petto

Ponte sobre o Douro supprimida no contrato Petto, suppondo que seja como se diz	200:000
Vantagem do contrato Salamanca	195:800
Libras, ou 881:100\$000 réis, quantia superior ao que dizem os illustres deputados que vale o adiamento dos movimentos de terra, na hypothese dos calculos apresentados pelo sr. Mamede.	

Tem pois demonstrado de baixo de todos os pontos de vista que a vantagem toda está a favor do contrato e modificações em discussão.

Mas, diz-se, todas as alterações que se fizeram dão lucro ao concessionario; elle vae auferir vantagens incalculaveis, e tudo isto se fez sem concurso, sem praça; depois de se ter aberto a praça para quem quizesse concorrer, depois de se ter feito em praça o contrato primitivo, todas estas alterações foram feitas á porta fechada, e vieram depois trazer-se ao parlamento.

As portas estão bem abertas, e o contrato e alterações em discussão, bem á luz publica; o governo está convencido de que cumpriu o seu dever trazendo á camara estas alterações (*apoiados*), e n'isto foi muito claro e incisivo o sr. Nogueira Soares, quando fallou do alto da tribuna, enumerando os muitos contratos d'esta natureza que, tanto dentro como fóra do paiz, tinham sido alterados por accordo entre as companhias e governos, no interesse dos paizes a que pertenciam (*apoiados*).

E que crime commetter o governo? Supponhamos que era preciso admitir o facto do concurso, que era indispensavel que fosse novamente á praça? Com que direito exigem esta responsabilidade os srs. deputados que fizeram o mesmo a respeito do contrato Petto, que elle orador tambem approvou, que foi feito sem concurso publico, e sendo esta uma concessão feita directamente a um concessionario que tinha recebido um contrato em concurso publico?

Não é contra os principios e praticas estabelecidos em todos paizes fazer modificações, quando se julgam convenientes e opportunas, nos contratos feitos em hasta publica, e declara que desde o momento em que se estabelecesse, como regra, que o governo ficava prohibido de fazer qualquer transacção, alteração ou modificação de reconhecido interesse para o estado nos contratos feitos em concurso publico, renegava as suas opiniões a respeito dos concursos, e declarava que nunca mais, como homem publico, os faria nem aconselharia, porque n'este caso seriam uma peia que se estabelecia para quando se quizessem fazer contratos sobre obras publicas (*apoiados*).

Os concursos não são um fim, são um meio. Se para o interesse publico é conveniente que haja concurso, haja concurso; se depois as circumstancias aconselham que se façam algumas modificações nos contratos celebrados por concurso, não vê motivo nenhum para que deixem de se fazer, e a camara approva-las ou rejeita-las.

E com que direito se exige do governo, que ponha a concurso estas modificações? E pôde o governo fazer-las? Pois o governo pôde pôr a concurso um contrato que o concessionario tem declarado que está prompto a cumprir? Rejeite a camara o contrato, e depois se abrirá novo concurso; caindo o contrato cáe o governo, e depois o que vier pôde pôr ou não a concurso e fazer novo contrato; porém pôr o governo a concurso estas modificações, dizendo o concessionario que quer cumprir o contrato, não é possível, não podem haver duas opiniões a este respeito.

Era impossivel sujeitar ao concurso publico o proprio governo que o fez, um contrato depois de feito, quando não tem o direito de o rescindir, e cre que ha de achar na camara muitos juriconsultos habéis que hão de ter a mesma opinião a este respeito (*apoiados*). Portanto se os illustres deputados querem concurso, rejeitem o contrato na generalidade, porque a generalidade é o contrato e não as modificações; mas dizer-se «todos nós approvamos a generalidade, queremos o contrato, e o que não queremos são as modificações, o contrato tem a infelicidade de ser bom de mais, de ser tão bom que não se pôde cumprir, mas apesar d'isso votamo-lo» dizer-se isto é o que prejudica a opinião que outros têm de que o contrato pôde ser posto a concurso.

Ha ainda uma outra disposição, nas chamadas modificações, que toda a gente tem reputado de grave importancia, ainda mesmo alguns dos antagonistas do governo, qual é a organização de uma companhia a que o concessionario se obriga por essas mesmas modificações, e a que não estava obrigado pela letra especial do contrato.

Não nega que uma companhia é uma garantia, mas pede licença para dizer que pôde ser ou deixar de ser uma garantia, conforme a companhia que preferir (*apoiados*), e que ha muitos casos em que preferir um concessionario determinado, a uma companhia composta de caracteres que não dessem garantia pela sua respeitabilidade e pelos seus haveres de poderem satisfazer ás obrigações a que se tenham comprometido (*apoiados*). Tivemos a companhia do caminho de ferro de leste, que foi infeliz, e era companhia; tivemos depois o contrato Petto, que tambem foi infeliz, e não era companhia. Mas

os illustres deputados que defendem as alterações e modificações d'aquelle contrato, dizem que elle não foi por diante porque sir Petto foi obrigado a formar a companhia. E qual era o argumento que se apresentava na camara da parte dos que defendiam o contrato? A respeitabilidade do concessionario. E que dizia, elle orador, e os seus amigos politicos n'essa occasião, sem combaterem o contrato, mas a proposito de outras questões? A respeitabilidade do concessionario é cousa muito importante; mas desde que se forma a companhia anonyma e o concessionario é obrigado a passar a essa companhia os seus direitos e obrigações, a respeitabilidade d'elle cessou completamente.

Portanto esta questão pôde ser boa ou má, importante, mais ou menos, conforme for considerada de baixo de diversos pontos de vista.

Se se julga, e bem, que 3, 4, 20 homens igualmente respeitaveis, que se associam, dão mais garantia de que se ha de executar uma obra que depende de um grande capital, do que um homem só que o não pôde ter, e que essa garantia cresce com o numero e com os capitais dos individuos que se associam, declara que não lhe parece justo que se deixe passar em silencio quando se trata das chamadas modificações, a transação do contrato Salamanca, pela qual o concessionario se obriga a formar uma companhia, circumstancia que não havia no contrato anterior.

Quando vê os desejos dos illustres deputados de que se faça o caminho de ferro quanto antes e nas melhores condições, quando vê que reconhecem a vantagem incalculavel de se formar uma companhia, não comprehende a razão por que não mettem em linha de conta esta vantagem da companhia que é tão importante!

Quando os illustres deputados dizem «ides conceder ao concessionario tantos milhares de contos da réis» e se lhe respondia: «mas olhae que se alargam as dimensões (não se alargam, estreitam-se) que fazemos a ponte do Porto (isso não quer dizer nada, porque sir Petto comprava por 11:000 libras o que o sr. Salamanca compra por 9:000), que se encurtam os prazos e o que se fazia em cinco annos faz-se em tres, e o que se fazia em dois e meio faz-se em dois (que importa ter um caminho de ferro prompto mais cedo seis mezes em relação aos interesses do paiz e ás enormes concessões que se lhe fazem!); agora diz elle, orador, tambem: «tendes a companhia que descajes e que é na vossa opinião uma garantia e responde-se-lhe: «isso depende da respeitabilidade dos individuos que se associarem, e nós não confiamos no governo que é o juiz d'essa respeitabilidade.»

Perfeitamente!

Os illustres deputados collocam a questão no verdadeiro terreno, de baixo do seu ponto de vista, e não de baixo do ponto de vista d'elle, orador, por que nunca d'estas questões quiz fazer questão politica, e nunca lhe parecem que se devesse fazer questão politica em questões de grande interesse para o paiz (*apoiados*).

Mas diz-se: «esta companhia é uma decepção; é um homem que contrata consigo mesmo, que nomeia os seus directores, que faz tudo, elle e um tabellão!»

O caso é que foi um tabellão a casa do concessionario e que d'elle recebeu as communicações e o assentimento sobre as bases da formação de uma companhia, bases que foram approvadas pelo governo; e o governo declarou que aceitava a formação da companhia. Mas a companhia não está formada, nem a companhia é um homem.

As companhias anonymas não são homens, e o *Pardessus* que o sr. Avila citou, dizia muito bem que as companhias são associações de capitais e não de individuos; pôde ser maior ou menor o numero dos individuos, com tanto que elles respondam pelo capital social e pelo nominativo das suas acções.

Por ora ha duvida que o sr. Salamanca está só, mas a companhia ha de existir, quando elle passar as acções, e n'esse caso, sobre tudo, depois de approvadas as modificações, se o governo é o juiz da respeitabilidade dos individuos que se associarem, a questão muda de terreno.

E não sabe para que vem a questão dos estatutos, que podem ou não ser approvados pelos capitalistas; porque o sr. Salamanca vem tratar com certos capitalistas, dizendo-lhes: «eu tenho estes estatutos, quereis formar uma companhia? tenho estas bases, quereis entrar n'este negocio?» e os banqueiros podem-lhe dizer: «não entramos, porque esta ou aquella disposição não nos convém; solicite as alterações d'ellas e isto não é irrevogavel. Em primeiro logar isto não é objecto de discussão no parlamento, porque é um acto do poder executivo (*apoiados*), pelo qual é o governo responsavel, por outra forma e outra occasião, e seguindo outros tramites. E em segundo logar não se pôde dizer que os estatutos alteram o contrato, porque desde que assim fosse, estavam nulos; e tanto não alteram que dizem: que quequer que sejam as disposições d'elles o concessionario fica obrigado a todas as estipulações do contrato, porque o contrato é objecto da sanção de uma lei, e os estatutos são um acto do poder executivo que pôde ser alterado e modificado dentro dos limites da lei.

Mas entre as monstruosidades dos estatutos, apparece uma que faz estremecer os illustres deputados nas suas cadeiras, a *da emissão das obrigações*; essa é tremenda, e colloca a questão n'um terreno altamente desvantajoso para o governo, na opinião dos illustres deputados, que concediam a emissão de obrigações *sem limites* nas alterações apresentadas ao contrato Petto em 28 de fevereiro de 1859. É verdade que as commissões rejeitaram-na. Mas as commissões declararam que não diziam quaes os motivos, porém indicavam alguns que não se podem apresentar agora, porque uma das circumstancias que pesou mais fortemente no animo dos illustres deputados e no dos membros das commissões foi o dizer-se nas disposições do contrato, que as obrigações recebiam 6 1/2 por cento de juro, pelo qual era o governo responsavel; e note a camara que as commissões declararam,

interesses. Vemos sempre nas companhias um inimigo, e ao passo que nos outros países se corre em auxílio d'ellas (apoiados) nós queremos fazer-lhes o maior mal possível.

Vae terminar. Tem apresentado as razões que lhe occorrem para sustentar a proposta que se discute. Este negocio é grave, e tem mais alcance do que parece á primeira vista.

Aqui estão frente a frente dois systems, não se pôde dizer duas escolas, mas dois expedientes de governo, que se debatem. Felizmente o systema representativo está vigorando entre nós em toda a sua plenitude, e todos sabem quaes seriam, segundo as indicações constitucionaes, os successores do actual gabinete.

O chefe mais notavel e auctorizado da opposição já disse a sua ultima palavra n'este negocio. S. ex.^a lamentou que se não tivessem approvado as primeiras modificações ao contrato Petto, e está comprometido nas segundas com a sua assignatura.

Se a camara rejeitasse a proposta do governo de accordo com as idéas e com os esforços da opposição, optaria virtualmente pelo systema adoptado pelos seus chefes netaes.

Este é o estado da questão. Os ministros estão seguros de que têm cumprido o seu dever. A camara fará o resto. (Vozes:— muito bem.)

O sr. Carlos Bento:—sem preparos oratorios é sincero quando diz que se acha collocado em uma posição difficil, não só por se seguir a um orador tão brilhante, como porque o illustre cavalheiro que o precedeu, nas primeiras palavras que proferiu na sessão de antes de hontem, tornou bastante difficil a posição d'aquelles que se lhe deviam seguir, porque o illustre ministro pareceu surprehendido das dimensões que o debate tinha alcançado, por não comprehender que fosse esta a occasião, e este o lugar onde se devesssem tratar as questões que foram debatidas.

Felizmente no progresso do discurso do nobre ministro encontramos, elle orador, um exemplo para se tranquilisar mais; porque, se as primeiras palavras de s. ex.^a podiam tirar a vontade de discutir aquelles que entendiam que era necessario fazer-lo, o progresso do seu discurso demonstrou que se podia com toda a amplitude tratar d'estas questões, sem que na consciencia fizesse sentir-se o peso, de que a dilatação da discussão estava roubando ao paiz os melhoramentos materiaes, que parece soffrerem tanto como as discussões parlamentares.

Mas ainda ha mais. Não foi só o illustre ministro, com o seu exemplo, que lhe deu occasião a modificar a severidade das suas palavras, em relação ao desenvolvimento do debate, dizendo que em quanto as outras nações progrediam, em quanto é um facto de rapida execução a construção dos caminhos de ferro n'aquellas nações, nós discutimos; foi o ter um illustre collega de s. ex.^a começado o seu discurso de uma maneira mais tranquilisadora, dizendo que á esquerda, e á direita do Tejo, os trabalhos progrediam com muita rapidez, e milhares de operarios estavam empregados nas obras do caminho.

Ha aqui uma contradicção apparente (apoiados) no modo de julgar esta questão, e ainda bem, porque essa contradicção faz com que elle, orador, possa tomar parte no debate com o coração mais desafogado, porque a dizer a verdade não é muito agradável ser accusado de inimigo formal do progresso material do paiz.

Não tem, com relação ao orador que o precedeu, senão a dar agradecimentos pela delicadeza com que tratou os seus adversarios politicos, porque effectivamente o sr. ministro do reino empregou um comedimento, uma delicadeza e dignidade, que são a distincção de homens que se acham tão eminentemente collocados como s. ex.^a

Mas abordemos francamente a questão, como a abordaram todos os que têm fallado sobre este assumpto.

Diz-se que não é este o lugar para se tratarem as questões que têm sido tratadas, que não é no parlamento que se podem avaliar os objectos technicos que têm sido avaliados. Mas quem é o culpado de que estas questões tenham apparecido no parlamento? Seremos nós, pergunta o orador, ou serão aquelles que nos accusam de não darmos á discussão a verdadeira direcção?

Como é que estamos a estas horas discutindo a largura que necessitam os nossos caminhos, o modo porque se deve fazer essa contagem, e uma palavra sobre os pontos mais difficiles de uma questão technica? Parece-lhe que sem accusar os seus adversarios, a sua consciencia não lhe diz que tivessem concorrido para que a discussão viesse a este terreno.

Na proposta apresentada pelos srs. ministros da fazenda e das obras publicas, sugere á discussão do parlamento, e que approva o contrato inicial celebrado com o sr. Salamaña, o governo entende que duas modificações devem ser feitas a este contrato. O governo não se limitava a isto, e sobre este ponto chama a attenção da camara. O governo apresentava estas modificações, mas acompanhava-as de duas circunstancias notaveis. Primeiro, da revalidação do primeiro relatório que tinha apresentado á camara, relatório fundado nas disposições de um parecer de uma commissão a que tinha pertencido o sr. ministro das obras publicas, e alem d'isso da confissão do governo de que tinha resistido a exigencias que lhe haviam sido feitas para modificar este contrato, alem das duas modificações que são incluidas.

O relatório diz: «o governo entende que lhe cumpria rejeitar aquellas modificações das indicadas, que embora não trouxessem augmento de onus para o estado, podiam no futuro adiar algumas das vantagens do contrato. Se era grande a responsabilidade de que o governo tomava sobre si, arriscando-se a impedir pela sua resistencia a formação de uma companhia, que pela importancia dos capitalistas, que n'ella tomavam parte, assegurava completamente o bom exito de uma empresa de tão extraordinario alcance para Portugal, o resultado vem justificar o procedimento do governo, desapparecendo mais tarde essas exigencias por parte dos capitalistas, que se dispõem a fazer parte da companhia.»

No relatório o governo congratulava-se pelo desenvolvimento d'esta util firmeza, que tinha trazido capitalistas respeitaveis a tornarem-se a ligar ao contrato sem necessidade das modificações anteriormente pedidas. E por esta occasião vem a proposito dizer que quando os srs. ministros asseguraram que tem formada a companhia sobre a base actual, esta segurança soffre um pouco no terminante da sua affirmação, quando vemos que s. ex.^a já affirmavam que havia uma companhia prompta, deixando de pedir exigencias, ás quaes s. ex.^a tinham resistido. Pelo que vê a firmeza do governo não conseguiu o resultado que o governo suppunha conseguir!

Mas a historia não pôde esquecer; todos sabem que estas modificações, estas transacções não são de hoje. O sr. ministro disse: os accordos são antigos; também são antigas estas propostas modificações ao contrato, alem das que dizem respeito ás tarifas.

Não sabem todos, que na sessão da camara, que foi dissolvida, estava este contrato entregue á acção parlamentar? Não sabem todos, que havia toda a pressa em que este contrato passasse, e que n'essa occasião foi dissolvida a camara, em consequencia do conselho, que o governo estava no seu direito de poder dar, para que esse acto se realisasse? O

governo trouxe á camara uma proposta approvando o contrato; a camara estava disposta a vota-lo, e o governo fecha as portas do parlamento! Não pôde interpretar este acontecimento senão pelo facto de que o governo já tinha na sua mão a exigencia para as modificações; é como o pôde explicar, porque não quer atacar os srs. ministros se não pelos documentos publicos; não quer atacar as suas intenções, porque ninguém as respeita mais do que elle, orador; mas, se estas modificações eram fundadas, o governo devia ter dado conhecimento d'ellas á camara. O governo, porém, fechou o parlamento tão depressa, que a politica, fazendo historia, escreveu loucamente na imprensa que sustenta os srs. ministros «que o governo apressou-se a fechar a camara para impedir que podessem ser approvadas modificações a este respeito.» De modo que o governo fechou a toda a pressa a camara passada para que ella não approvasse as modificações, e o governo quer hoje os louros da victoria porque esta camara lhe approva as mesmas modificações (apoiados). Confessa que não comprehende!

Então as modificações não deviam ser aceitas por credito do concessionario, e hoje o que se diz é que a natureza d'estas modificações demonstra a vantagem da sua approvação. Hoje diz-se até que admira muito que a camara esteja discutindo este assumpto! Não é a camara competente? Pergunta então aos srs. ministros, com a attenção devida, quem são as pessoas competentes para resolver a questão? O conselho das obras publicas não é! (apoiados). Esse está de parte completamente. Da parte do conselho apresentaram-se observações que contrariavam as indicações sobre que se fundamentavam similhantes modificações, e o governo despresou completamente essas observações, e estava no seu direito em o fazer, porque o conselho é consultivo, e o governo pôde deixar de se conformar com a opinião do mesmo conselho. Mas em uma questão puramente technica, o governo deixar de aceitar a opinião do conselho, a opinião dos homens technicos, é uma cousa extraordinaria.

Mas não é o conselho das obras publicas o competente para apresentar a sua opinião a este respeito? Também o não era o official technico do gabinete que o illustre ministro das obras publicas restabeleceu, e que d'antes se julgava não ser necessario haver?

O sr. ministro creou um official technico do gabinete, o qual redigiu um contrato em condições taes, que se confessa serem de natureza tão absurda que se não pôde demorar a camara um instante em as reprovar (apoiados). Não é elle, orador, que faz estas accusações ao cavalheiro que foi chamado para junto do ministro, a fim de o aconselhar nos objectos technicos; quem l'has faz são os illustres deputados que têm atacado as condições d'esse contrato como inexequíveis, e é o proprio sr. ministro.

Realmente o sr. ministro é demasiadamente modesto, quando com tanta facilidade aceita o fundamento das modificações que lhe foram apresentadas: é modesto em quanto á sua pessoa, mas collectivamente modesto em nome dos nossos engenheiros, do nosso conselho das obras publicas, e do seu official technico, porque entende que todas estas entidades não são sufficientes para dar garantia de que não foi tamanho o absurdo de não introduzir no contrato apresentado á camara passada as modificações exigidas hoje pelo concessionario.

O sr. Antonio de Serpa, ministro das obras publicas, commercio e industria, sabia o que fazia quando celebrou este contrato com o concessionario; as repartições publicas sabiam o que faziam quando informaram, e o conselho das obras publicas não disse absurdo quando entendeu que o contrato podia ser approvado.

O conselho das obras publicas, apesar de ser consultado pelo illustre ministro, quando o contrato já estava feito, fez observações que o nobre ministro entendeu devia attender; mas s. ex.^a, quando quiz que o conselho respondesse á parte mais immediatamente technica, desattendeu essas observações, e achou boas as observações do conselho para as attender, quando versavam sobre pontos que se não podem classificar tão definitivamente technicos.

Compreende bem o fim do discurso do sr. ministro do reino, e pede a attenção da camara para o que s. ex.^a disse, ao conclui-lo. O sr. ministro do reino, e está no direito de tirar esta illação, depois de mostrar muito por extenso os fundamentos que existem para combater os argumentos technicos e de arte, os argumentos economicos e de sciencia, acabou por uma invocação politica. O sr. ministro do reino, n'uma questão d'esta ordem, disse «colhei entre nós e os outros.» Quem dá a esta questão um caracter politico? São os que combatem as modificações, ou os srs. ministros? (apoiados).

Mas o que é curioso é que os srs. ministros, dirigindo-se ao illustre deputado, seu antigo collega, o sr. Avila, e a elle orador, dizem «vós também fizestes um contrato, e propozestes modificações a esse contrato.» De modo que os srs. ministros supõem que o que se diz a dois individuos, que estão na camara em circunstancias especiaes, se pôde applicar a todos os outros que estão em circunstancias muito diferentes. Isto é commodo, mas é absurdo, e se é absurdo, não é exacto. É o pensamento de um imperador romano. Esse imperador queria que o genero humano tivesse uma cabeça só, para de um golpe fazer a operação com mais facilidade: os srs. ministros, menos cruéis, querem que todas as resistencias tomem certo cunho, para com facilidade as desfazerem. Isto é facil, mas não é exacto.

Somos contradictorios, disse o orador! Vá a contradicção. E o illustre ministro disse que havia tanta gente contradictoria!... Se ha!... Somos contradictorios, não podemos entrar n'isto! Mas pergunta aos srs. ministros, aquelles cavalheiros que vivem com o governo de que fez parte, que eram seus amigos intimos, cuja independencia esse governo reconheceu, e que se separaram d'elle, porque entenderam que não deviam votar modificações, se podem ser excluidos da classificação que querem lançar aos outros quando queiram votar?

E as explicações que se ouvem agora sobre concursos e o que são concursos! A largueza dos concursos tem um só defeito. Qual a razão porque os concursos eram um bom thema de variações administrativas, e se não disse isto quando o combatiam em nome dos concursos? (O sr. José Estêvão:—Não se disse outra coisa: está enganado.) Eu estou sempre enganado e o illustre deputado acerta sempre (riso).

Os srs. ministros collocaram a camara em um terreno muito facil, e agradece-l'ho pela sua parte. Disseram ss. ex.^{as}: «o concessionario obriga-se a manter o contrato;» muito bem. O sr. ministro que tal disse resolveu a questão pelo lado dos que combatem as modificações. Se o concessionario se obriga a manter a camara, para que se ha de vir fallar em nome dos outros ministerios: para que se ha de vir dizer: repare, se se não approvou isto, lá estão os nossos adversarios que hão de subir ao poder! Desde que contades os carris ao nível do balastro, a administração retira-se: não conteis ao nível do balastro, ou o ministerio retira-se (riso).

Entende que a discussão não tem sido inútil, porque o illustre ministro do reino já entende que deve ceder a duas reclamações apresentadas na discussão, sendo uma d'ellas que a directriz do caminho de ferro de leste passe debaixo dos muros da praça de Elvas.

Pela sua parte também entende que a largura da via ferrea não ha de ser que nos ha de compro-

metter a nossa independencia, porque entende que a independencia de um paiz tem uma garantia mais forte e mais solida do que a menor ou maior largura do caminho de ferro; mas também entende que assim como procuramos imitar as nações mais adiantadas no progresso e nos melhoramentos, também as devemos imitar n'este ponto, e todos sabem que as considerações estratergicas em nenhuma nação do mundo deixaram de ser attendidas.

A outra reclamação a que o sr. ministro attendeu, é quanto ás condições que vem no contrato acerca da largura da via: tinham vindo a este paiz cavalheiros illustres, que entenderam que as condições que achavam no contrato eram inadmissíveis, e sustentavam elles a indispensabilidade de modificação n'estas condições, e entendiam que deviam ser postas de accordo com as condições em que estavam as linhas do paiz visinho.

Estas modificações provam que a discussão serve para alguma cousa, e está persuadido de que o sr. ministro ainda ha de ir mais longe, ha de satisfazer a mais alguma necessidade, e, vencida ella, estão todos de accordo.

Quer as concessões directas, mas está persuadido de que a peor de todas as concessões directas é um concurso sofiado. Effectivamente sofiou-se o concurso, não por que houvesse mal fé, mas por que houve uma transformação nas condições que no concurso se aceitaram. Aqui exclama o nobre ministro: «não queiréis approvare o contrato? queiréis um novo concurso?» Não, senhor, não queremos, por que o proprio concessionario diz que, se não forem approvadas as modificações, elle ha de cumprir o contrato. É verdade que acrescenta «tanto peor para o governo». Mas este «tanto peor» também lhe é applicavel, por que se fizer os caminhos em condições absurdas, ha de soffrer com isso prejuizos, porque ou elle ou a sua companhia tem de os explorar.

O sr. ministro do reino demonstrou as vantagens que resultavam das modificações, por isso que faziam com que o concessionario desse aos caminhos as condições de uma facil e util exploração. Porém as modificações de certo não servem para melhorar as condições dos caminhos, aliás eram desnecessarias, porque todos sabem que nos contratos de caminhos de ferro, os minimos que se fixam não importam a obrigação imperiosa dos concessionarios se não apartarem d'elles todas as vezes que de ali resulte vantagem para a exploração. Ninguém de certo entende que, determinando-se, por exemplo, que a largura dos tunnels seja de 7m,40, pelo menos, isto queira dizer que não se deva augmentar essa largura quando as necessidades da exploração o determinem.

Por isso não vê inconvenientes em se aceitar tal qual o contrato primitivo; e estima n'este ponto estar de accordo com as opiniões dos srs. ministros das obras publicas e da fazenda em 13 de fevereiro de 1860; epocha em que ss. ex.^{as} já conheciam as reclamações do concessionario, e já as podiam avaliar; mas em que não as adoptaram, vindo depois mais tarde admittilas nas commissões de obras publicas e de fazenda, e por isso são os culpados de estar a camara a occupar-se de questões de engenharia civil.

Mas o governo não adoptou só as modificações, fez mais, auctorizou provisoriamente a feitura das obras no sentido d'ellas; o que mostra que conta antecipaadamente com a approvação das modificações pelo parlamento, uma vez que lhe diga que a rejeição d'ellas importa uma crise ministerial.

E se, como se disse, o governo tem medo de reclamações, como é que está auctorizando trabalhos que as podem trazer muito mais graves do que aquellas a que os seus antecessores poderão ter dado logar?

Citou-se a rapidez com que a Hespanha progrediu nas construcções de caminhos de ferro. Mas este exemplo devia fazer reflectir em que, n'aquelle paiz, em outra epocha, as auctorisações provisionaes de trabalhos em caminhos de ferro sem a approvação dos contratos no parlamento, creou tantas difficuldades, que a nobre nação hespanhola para sair d'ellas fez em julho de 1854 uma revolução.

Essas auctorisações, esses 3:000 homens a trabalhar na occasião em que se discute no parlamento o contrato dos caminhos de ferro em que elles trabalham, não servem de nada. E n'este ponto todos nos temos enganado. O illustre ministro fallou de um governo ter pedido á camara que approvasse depressa um contrato de linha ferrea para ir pelo paquete para Inglaterra. Nunca nenhum dos ministros d'essa epocha disse á camara similhantes palavras, se bem que desejasse a approvação rapida do contrato, contra o qual havia tão poucas objecções, que a opposição foi a primeira a approva-lo. Mas essa votação apressada e mandada pelo paquete de nada aproveitou, porque as circunstancias da Europa não o permitiram. Foi o mesmo que tinha acontecido ao sr. ministro do reino. Antes d'isso tinha s. ex.^a conseguido alguma cousa com as modificações introduzidas n'um contrato de caminho de ferro celebrado em concurso? De certo que não.

S. ex.^a disse ultimamente: «vejam o que fez a Rússia? tomou 20 milhões de rublos de obrigações dos seus caminhos de ferro: se entre nós se propozesse esta medida, que se diria?» Não, senhor, entre nós não se propoz, fez-se, porque s. ex.^a veio dizer á camara n'aquella epocha, que o governo devia entrar com um terço do capital do caminho de ferro para uma empresa que já tinha uma companhia formada, approvou-se essa medida, mas com isto não se conseguiu a construção do caminho de ferro.

O seu pensamento n'este ponto não é reconvir sobre o passado de s. ex.^a, mas sim demonstrar que, posto façamos sacrificios, se os não fizermos de uma maneira judiciosa, não nos aproveitamos de nada; semeamos caminhos e havemos de colher reclamações (apoiados).

Quando se estão fazendo elogios a empreiteiros e a concessionarios estrangeiros, na occasião em que se entende que os nossos engenheiros não atinaram com as condições de um caminho de ferro, repugna igualmente ouvir dizer: «suppoz que um individuo, que veio fazer com o governo portuguez um contrato de caminhos de ferro, não era respeitavel, mas desde que sei d'onde partiu a idea das modificações a esse contrato, acho-o respeitavel.» Isto não é exacto nem na forma nem no fundo. O illustre cavalheiro que disse isto, quando suppoz a não respeitabilidade d'aquelle empreiteiro, não foi por saber ou deixar de saber d'onde vinha a indicação das suas propostas, mas porque suppunha que elle estava em más condições no paiz onde existia. E tanto assim foi, que todas as vezes que se dizia: «assomiam-se a esse empreiteiro individuos respeitaveis» respondia-se: «são os seus credores» e até se chegou a dizer, que se houvesse justiça em Inglaterra o empreiteiro de quem se tratava iria para a cadeia. Esta advertencia sempre serviu para alguma cousa, porque os inglezes metteram-n'o no parlamento (hilaridade).

Disse o illustre ministro das obras publicas «os empreiteiros que estiveram aqui, lá vão para a Belgica fazer caminhos de ferro, e muito bem.» Isto o que mostra é que individuos os mais respeitaveis podem, pela força das circunstancias, deixar de cumprir as obrigações a que se ligaram. E tanto é assim que esses mesmos empreiteiros, a que s. ex.^a alludiu foram, no tempo de outra administração, obrigados por meio da força a sair dos logares onde dirigiam as suas empreitadas. O illustre ministro que, em nome da nação belga, manifesta satisfação

pelos trabalhos que esses empreiteiros vão lá praticar, pôde informar-se com o illustre ministro do reino dos motivos que teve para n'aquella epocha os tirar á força das obras que estavam dirigindo.

Não é exacta a asserção de que, se temos caminhos de ferro, devemos-lo aos empreiteiros. O illustre ministro sabe perfectamente que o caminho de ferro estava muito longe de se achar completo até metade da sua extensão na occasião em que o governo tomou conta d'elle por meio da força militar; e mr. Vatie, que o examinou, diz: «os empreiteiros não acabaram os seus trabalhos, o governo fello acabar pelos seus engenheiros: 36 kilometros estão em estado de exploração, mas não existem as officinas precisas e outras muitas obras; uma unica via foi collocada, e é defectuosa; os trabalhos estão simplesmente esboçados, as trincheiras esboroaem-se, os aterros recalcam-se, e o Tejo ha de leva-las se não forem sustentados por empedrados; o caminho não está vedado; e contudo gastaram-se n'elle mais de 16:000:000 de francos; isto é, 440:000 francos por kilometro, sem metter em conta o juro dos capitais empregados.»

Este quadro deve-nos reconciliar um pouco com o sr. ministro, e com os nossos engenheiros; e para o acabar note-se, que n'uma extensão de caminho, desde as Virtudes até á ponte de Asseca, que foi construida por engenheiros portuguezes, saíu o kilometro a 25:000:000 réis. Já se vê que o caminho saíu por 80:000:000 réis o kilometro até á occasião em que mr. Vatie o examinou; porque um caminho de ferro não está acabado quando se entrega á circulação.

O sr. ministro do reino disse que o caminho de ferro de leste era vendido a sir Morton Petto por 11:000 libras. Não é exacto, elle queria dar 11:000 libras pelo caminho; mas o governo não lh'o quiz vender por esse preço.

Disse também o sr. ministro do reino, que no contrato Petto não se comprehendia a ponte no Douro, que esta foi a primeira modificação que n'elle se fez. A verdade é que nos estudos que existiam no ministerio das obras publicas, feitos por mr. Vatie, a quem o illustre ministro do reino commetteu o traçado do caminho, dizia-se «estação do Porto.» E era em Villa Nova de Gaya. E o fundamento com que argumentou o empreiteiro foi que, na occasião de contratar, tinha visto este traçado, e tinha contado sobre elle o numero dos kilometros. E foi por isso que se concedeu a subvenção por 328 kilometros e uma fracção, porque se contou sobre o traçado que terminava em Villa Nova de Gaya. Assim foi feito o traçado de Rennie, e um dos traçados do sr. Brandão. Todos elles estabelecem a estação em Villa Nova de Gaya.

Mas este objecto não foi completamente desprezado, porque então não deixou de se impor ao empreiteiro a obrigação de construir metade da ponte sobre o Douro na occasião em que fosse possível construir o caminho de ferro para o norte d'aquella provincia; já se vê pois que o empreiteiro tinha mais obrigações do que aquellas que o illustre ministro apontou, assim como se vê igualmente que o calculo apresentado por s. ex.^a pecca pela base.

Não admira que esta questão seja importante, que deacise as observações d'aquelles que n'ella têm tomado parte, quando as commissões reunidas, no seu relatório, provocam uma discussão sobre este ponto. As commissões trataram de defender a clausula da subvenção com preferencia á do minimo do juro; trataram de justificar a necessidade da largura da via, segundo agora se propõe; n'uma palavra, entraram n'uma ampla discussão a este respeito, e não pôde deixar de as acompanhar n'estes desenvolvimentos, e seguir o exemplo que lhe deram os oradores que o precederam; e isto é o mais regular que se pôde dar nos fastos parlamentares.

Foi depois de se terem approvado os estatutos feitos de accordo com o concessionario, e nos quaes se estabeleciam artigos que admittiam as modificações de que se tem tratado, e depois de se terem auctorisado provisoriamente obras n'este mesmo sentido, que se apresentou ao conhecimento e resolução do parlamento a proposta para estas modificações, modificações que apesar de anteriormente terem sido exigidas, não foram então accitadas pelos srs. ministros, e a respeito das quaes até o sr. ministro declarou em certa epocha que se ensoberbecia por ter resistido á sua acceitação; e se a este respeito não faz uma apreciação exacta dos factos, não depende isso de si, mas dos documentos que len, e se elles estiverem escriptos de uma maneira que o não deixam ver as cousas com a clareza que deseja, sente isso muito; mas não é culpa sua. O governo accitou as modificações no seio da commissão. E se as modificações, quanto á largura, podem ser accitaveis, e elle, orador, as accita, as conclusões apresentadas pelas commissões a este respeito é que o não podem ser.

Sabe que é impossivel que o sr. ministro das obras publicas, o sr. Antonio de Serpa, com a sua auctoridade technica podesse realisar, escrever, redigir e approvar um contrato com condições tão deplozaveis, como aquellas que os propugnadores das modificações lhe tem attribuido. E diz mais, que os srs. ministros tão descaçados estavam, tanta consciencia tinham de que as condições do contrato não eram absurdas, que por muito tempo estiveram sem fazer o menor reparo. Mas para provar a necessidade da modificação das condições do contrato, apresentou o sr. ministro do reino considerações historicas, que se serviam para alguma cousa, era para mostrar o contrario do que s. ex.^a quiz mostrar.

Houve uma contestação entre o empreiteiro e o governo, dizendo aquelle que não se devia contar a largura do caminho do modo que o governo entendia que devia contar-se sobre o balastro, e não ao nível dos carris do mesmo, e apesar do governo ter dentro do mesmo contrato disposições, pelas quaes podia provar ao empreiteiro que a largura se devia contar ao nível dos carris, e não sobre o balastro, como, por exemplo, no artigo que diz respeito ás pontes, contudo accitou as modificações que o empreiteiro lhe apresentou.

Disseram os srs. ministros do reino e obras publicas, assim decidimos a questão mais cedo para não ter de a decidirmos mais tarde, por meio de arbitragem; mas a este respeito deve notar, que se ss. ex.^{as} estabeleceram no contrato um systema de arbitragem que dá muitas garantias, para que é que trepidaram no primeiro caso que se apresentou, e que por sua natureza devia ser resolvido pelo tribunal arbitral (apoiados)? Não quizeram porém essa arbitragem, trouxeram a questão para ser resolvida do modo que a propozeram, e a consequencia d'isto será, que nas questões e duvidas que de futuro se suscitarem entre o concessionario e o governo, e este propozer que sejam sujeitas á arbitragem, o empreiteiro ha de rejeita-la, visto que logo ao principio foi declinada (apoiados).

Se a arbitragem dá garantias, devia ter-se recorrido a ella já para as duvidas apresentadas; e de se não ter feito assim resultaria graves inconvenientes; e se por esse meio se houvesse de perder alguma cousa, era melhor perde-la já do que perde-la mais tarde, porque então ha de actuar a razão politica, quando agora se podia ganhar com a arbitragem independente e imparcial, que não decidisse as questões pela razão politica, ou pela politica, mas em presença dos factos (apoiados).

Disse também o sr. ministro do reino, que a questão era de um entenderem que a largura se devia contar ao nível dos carris, e outros sobre o balastro, e que ambos podiam ter razão. Não concorda com s. ex.^a n'esta parte, porque, havendo direito

escripto, não é possivel haver opiniões encontradas, e a razão não lhe parece que esteja da parte d'aquelles que defendem as modificações.

O conselho de obras publicas mostrou a sufficiencia das larguras propostas; mostrou que com as larguras que se estabeleceram no contrato, era possivel dar todas as vantagens e garantias de segurança e facilidade na exploração da linha.

Se o governo queria que a largura se contasse no balastro, não teria dito ao nível dos carris; mas, empregando esta expressão, não pôde haver duvida sobre a base da medida.

O concessionario fez bem para a sua pretensão, em afirmar que não tinha tido senão 24 horas para ler o contrato, e logo n'essas 24 horas conheceu que elle era tão absurdo, quanto ás larguras, que indispensavelmente exigia modificações. E declarou mais, que não só estava na idea de que as larguras haviam de ser conforme propoz, mas que haviam de ser adiados os movimentos de terra para a construção do leito da segunda via. Quando em um contrato estão estabelecidas as regras que tem a seguir-se, não se pôde argumentar com razões oppostas ao mesmo contrato. O concessionario pôde allegar o que entender, mas ao sr. ministro cumpre unicamente fazer observar o contrato, porque o sr. ministro formulou, escreveu, redigiu e approvou o contrato, teve mais de 24 horas para o examinar e meditar, e foi só depois d'isso que estabeleceu as condições que n'elle estão exaradas; mas, apesar d'isso, accitou o parlamento modificações, pondo de lado a opinião dos homens technicos.

E por esta occasião pergunta a s. ex.^a, como é que o conselho dos fiscaes do governo, de todos aquelles individuos que, pela sua posição official, têm de dar a sua opinião sobre as condições d'este contrato, emitindo um voto severo em satisfação do cumprimento de seu dever, é desprezado pelo governo para seguir a opinião de pessoas, aliás muito respeitaveis, mas que carecem do caracter official que tem a corporação technica?

Quem deve reclamar contra a necessidade das modificações n'este contrato é o sr. ministro do reino, que se gloria de ter criado o ministerio das obras publicas, e de ter estabelecido o conselho de obras publicas; porque realmente crear corpos d'esta natureza para dispensar completamente o seu serviço, porque se entende que elle não é capaz de apreciar o que de si é claro e evidente, é melhor supprimir tal conselho; seria uma economia que accreditaria o sr. ministro, porque é mais proficua do que despedir 200 ou 300 trabalhadores das obras do caminho de ferro, ou de outras quaesquer.

Se se tratasse de uma questão mais complexa, se se tratasse de analysar as condições respectivas ao modo de realisar a subvenção, ou verificar o minimo do juro, comprehende que o sr. ministro, n'este ponto, não devesse subordinar-se ás informações do conselho consultante; n'este ponto não está restrictamente obrigado a seguir as indicações do conselho, mas o que o sr. ministro não pôde dizer, é que é clara uma questão a respeito da qual têm duvidas os homens competentes. E entende que o illustre ministro, n'este ponto, sem querer, involuntariamente offendem de alguma forma, uma classe habilitada, e que tem uma posição official, para se lhe dizer que não entende questões d'esta natureza, e que não sabe o que faz!

Fallou o sr. ministro das obras publicas na desgraçada administração de um caminho de ferro; e quando se trata de uma desgraçada administração, o primeiro e o unico responsavel é o ministro, e este tem obrigação de dar explicações, para que se não supponha que os individuos que eram seus subordinados concorriam para esse pessimo estado.

Dissera s. ex.^a que no caminho de ferro de leste se gastavam 39 a 40:000:000 réis, e que tinha reduzido esta verba a 20:000:000 réis. Se n'esta verba se comprehendem as duas especies, exploração e construção de obras, diria que a verba então talvez excedesse a 30:000:000 réis; mas se se referir só á exploração, não tem razão alguma na proposição que estabeleceu. E nota em primeiro lugar a s. ex.^a, que um caminho de ferro, quando acaba de ser feito, ainda carece do complemento de muitas obras e do aperfeiçoamento constante dos trabalhos anteriores. S. ex.^a deve saber que no caminho de ferro de leste, em relação aos kilometros construidos, houve necessidade de montar os serviços dos combios das mercadorias, e estes trabalhos demandam um maior numero de trabalhadores, que é possivel depois dispensar.

Referindo-se aos mappaes publicados pelo sr. ministro das obras publicas, quanto á despesa feita desde fevereiro de 1859 no caminho de ferro de leste, nos dois capitulos=exploração=e= administração= mostra que as despesas feitas desde então, estão muito longe de apresentar os resultados economicos a que s. ex.^a se propoz.

E por esta occasião deve declarar por sua parte, que o individuo que o illustre ministro collocou á testa da direcção d'aquelle caminho de ferro, é um engenheiro distinctissimo e honradissimo, muito imparcial e independente (apoiados); e por consequencia já se vê que não podia de maneira alguma fazer uma gestão que podesse deixar de satisfazer ás indicações de uma restricta economia.

Tendo dado a hora o orador pede e fica com a palavra reservada.

O sr. Presidente:—declara á camara, que em consequencia de um dos membros do gabinete ter feito saber á mesa, que podia, sem inconveniente, continuar amanhã esta discussão, pois que podia estar presente a ella um dos srs. ministros, resolverá não dar o dia d'amanhã para trabalhos nas commissões (apoiados); e por isso a ordem do dia para amanhã será a continuação da de hoje, e levanta a sessão.—Eram quatro horas da tarde.

NOTÍCIAS DO REINO

CONTINENTE

Porto.—Hontem (25) fizeram-se n'esta cidade algumas diligencias por causa da moeda falsa, em virtude de ordens que para isso vieram de Lisboa, diz o *Commercio do Porto*.

Nos papeis encontrados a D. Francisco de Judicibus parece que se mencionavam alguns nomes d'esta cidade, e isso deu motivo a que se procedesse a uma rigorosa busca em casa do sr. Cruz, da Ribeira, e na fabrica de vidros do Cavaco, pertencente aos srs. Casimiro Pierre e André Michon.

Logo que o sr. administrador do primeiro bairro se apresentou em casa do sr. Cruz, este da melhor vontade se prestou a que se fizessem todas as investigações e exigiu para credito seu que a busca fosse o mais rigorosa possivel, pondo á disposição da auctoridade toda a sua casa, os seus livros e toda a sua correspondencia. Nada ficou que deixasse de ser revistado, e não se encontrou o menor indicio de que o sr. Cruz tivesse ligações algumas com os moedeiros falsos ou com o tal Judicibus. No auto que se lavrou foi isto mesmo declarado; apesar de tudo, o sr. Cruz foi levado para casa do sr. administrador, onde se conserva em custodia.

Na fabrica do Cavaco também se deu uma busca minuciosa, e dizem-nos que igualmente nada se encontrou. Foram da mesma sorte retidos os donos d'ella.

—Acerca do sinistro que ia succedendo ao vapor *Lustania*, ao entrar a barra do Douro, diz o seguinte o *Jornal do Porto*, de 26 do corrente:

«Hontem, pelas dez horas da manhã, estando a maré baixa de águas vivas, foi chamado á barra o vapor Lusitania. Como porém estivesse muito baixa a água sobre a Lagoa de Albra, e houvesse bastante agitação, bateu e abriu água.

«Conseguiu entrar sem dificuldade, e como as bombas não davam vencimento á água, foi encalhar próximo do Estaleiro em Villa Nova.

«O rombo é á prôa, e consta que não muito difícil de concertar. A água só entrou no porão de prôa, mas as fazendas que ali vinham, sendo obra de dezesseis fardos, de transitio, barricas de unto, etc., pouca avaria soffreram, por isso que a alfandega muito louvavelmente logo tratou de fazer descarregar o vapor, e recolher as fazendas no barracão do caes.

«Diz-se geralmente que com tal maré fôra imprevidencia chamar o barco á barra.

«Assim fica agora interrompida a melhor comunicação que tínhamos com a capital!

«Se o barco não fosse de ferro, é fôra de toda a duvida que immediatamente teria ido a pique, e provavelmente a estas horas teriamos de lamentar uma catastrophe, como a que por este tempo occorreu ha oito annos!»

NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 25, e de Paris até 22 do corrente.

O governo hespanhol recebeu do theatro da guerra o seguinte despacho telegraphico:

Algeiras, 25 de março.—O commandante em chefe do exercito, ao ministro da guerra.—Acampamento de Gualdras, 24 de março.—Demorei-me hoje neste ponto para dar destino aos feridos e doentes; e para refazer o exercito de munições, em substituição das que hontem se gastaram.

Não sei ao certo qual das nossas perdas; porém supponho que morreram 50 soldados, ficando 600 feridos. As perdas do inimigo foram de consideração, porque defendem tenazmente, e a corpo descoberto, as suas fortes posições.

Amanhã de madrugada continuou a marcha na direcção de Fondack.

Alem d'este, os jornaes hespanhoes publicam os seguintes

DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela Correspondencia de Espana: Turim, 23 de março.—Os habitantes de Niza estão assignando um protesto contra os membros da municipalidade que pretenderam representar o condado de Niza. Aqui chegou já uma fragata franceza, sendo igualmente esperados alguns regimentos da mesma nação.

Paris, 23.—Os jornaes publicam a nota dirigida pela Suíça ás potencias que assignaram os tratados de 1815. N'esse documento, o governo suíço sustenta que se a França, potencia tão forte, julga dever proteger as suas fronteiras, com mais razão o deve fazer a Suíça, nação de muito menos importancia.

Affirma-se em alguns circulos politicos, que a Inglaterra, Russia e Prussia, prestarão á Suíça o apoio diplomatico que esta reclama.

Chegou a Paris o general Dufour, encarregado de uma missão do governo helvético.

A final foi admitido como deputado no corpo legislativo mr. Dalmás, contra cuja eleição se havia protestado. Mr. Dalmás é sub-chefe do gabinete particular do imperador.

HESPAÑIA

No dia 17 do corrente chegaram a Tetuão o archiduque Maximiliano, da Austria, e sua esposa.

Suas altezas reaes visitaram o acampamento, a convite do general O'Donnell, e logo depois se retiraram novamente.

NOTÍCIAS CIENTÍFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

DO INFANTE D. LUIZ NA ESCOLA POLYTECHNICA			
BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millímetros	Grãos C.	Por 100	Ramos
9 m.	751,74	13,5	80,7
3 t.	750,81	14,8	84,4

DIA 27.

Maxima—temperatura.....	15,7 C.
Mínima.....	8,8
Ozone (do dia).....	9,0
Chuva (udometro).....	0,0 Mil.
Evaporação (vapormetro).....	6,4
Altura barométrica correcta.	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.	

NOTÍCIAS COMMERCIAES

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 28 de março de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Smyrna, vapor inglez, capitão J. Hughes, de Gualdras em 16 dias, de Constantinopla em 12, e de Malta em 8, com milho a G. A. Hancock & C.; 18 pessoas de tripulação, e da força de 60 cavallos. Destina-se para Corck e vem aqui receber carvão.

Visconde de Athoguia, paquete portuguez a vapor, capitão M. G. Xavier, da ilha da Madeira em 4 dias, com encomendas a P. Olive & C.; 26 pessoas de tripulação, 2 malas, e 8 passageiros.

Novo Paquete, hiate portuguez, mestre J. C. Gonçalves, de Vianna em 3 dias, com milho; 7 pessoas de tripulação.

Protector, hiate portuguez, mestre L. P. da Silva, do Porto em 22 horas e meia, com madeira, e mais generos; 8 pessoas de tripulação.

Incomparavel, palhahote portuguez, capitão M. Avelino, de Gibraltar em 6 dias, com alpista, couros e mais generos, a Charnica & Gonçalves; 8 pessoas de tripulação.

Stanley, vapor inglez, capitão R. Globe, de Pernambuco em 25 dias, e da ilha de S. Vicente de Cabo Verde em 12, com assucar, algodão e mais generos a R. Knowles & C.; 34 pessoas de tripulação, 1 mala, da força de 110 cavallos, e 4 passageiros, que são: Francisco de Oliveira, negociante; João Cavalcante de Albuquerque, sem emprego, brasileiro; S. Venteliano, C. Miranda, negociantes, napolitanos.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Senhora do Rosario e Almas, cabique portuguez, mestre A. da Luz, para Peniche, com aguardente e melao; 8 pessoas de tripulação, e 1 passageira que é Gertrudes Rosa, portugueza.

Tricanto de Aveiro, hiate portuguez, mestre A. Serrão, para a ilha de S. Miguel, com sal; 10 pessoas de tripulação.

Pretendido, palhahote portuguez, capitão J. P. Coelho, para a ilha de S. Miguel, com sal; 10 pessoas de tripulação.

Myrtle, escuna ingleza, capitão H. Hattwool, para Londres, com fructa; 6 pessoas de tripulação.

Auriga, brigue prussiano, capitão R. Morat, para Riga, com sal; 9 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor Infante D. Luiz, em frente de Belem, em 28 de março de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 28 de março.—3 por cento consolidado a 44,65—3 dito differido a 34,95.

Bolsa de Paris, em 28 de março.—3 por cento francez a 69,05—4 1/2 dito a 95,90.

Bolsa de Londres, em 28 de março.—Consolidados de 94 1/4 a 94 3/8.

AVISOS

CASAS DE ASYLO DA INFANCIA DESVALIDA

O conselho de direcção das referidas casas de asylo faz publico que recebem 200000 réis, importancia com que Sua Magestade Imperial a senhora duquesa de Bragança se dignou mandar socorrer estes estabelecimentos, sufragando a alma de seu augusto irmão o serenissimo principe D. Augusto, de saudosa recordação.

Lisboa, 28 de março de 1860.

MONTE PIO DAS SECRETARIAS D'ESTADO

A junta administrativa annuncia que na quinta feira 29 do corrente mez, pelas duas horas da tarde, terá logar o pagamento do 1.º rateio das pensões do 1.º semestre de 1860 aos pensionistas d'esta associação, e continuará o referido pagamento em iguaes dias e horas das seguintes semanas.

É indispensavel a apresentação das certidões de vida e estado.

Lisboa, 21 de março de 1860.—O presidente da junta, Olympio Joaquim de Oliveira.

ASSOCIAÇÃO DE SOCCORRO E MONTE PIO GERAL DA MARINHA

O pagamento das pensões do mez de janeiro ultimo terá logar nos dias 30 e 31 do corrente, continuando todos os sabbados seguintes.

Escritorio da associação, 24 de março de 1860. —O vogal secretario, A. A. de Oliveira.

O ex.º presidente da assembléa geral convida a todos os socios para se reunirem em sessão no dia 1.º de abril, pelas onze horas da manhã, no local do costume, a fim de se proceder á eleição de diversos cargos da associação.—Francisco Rangel de Lima, secretario.

SOCIEDADE DAS SCIENCIAS MEDICAS DE LISBOA

Quinta-feira 29 de março, pelas sete horas da tarde, haverá sessão.

Secretaria da sociedade, 27 de março de 1860. —O 1.º secretario, Alves Branco.

ASSOCIAÇÃO DO THEATRO DA RUA DOS CONDES

São convidados os srs. accionistas que formam o conselho deliberativo da mesma associação a reunirem-se em sessão, no local do costume, na proxima sexta-feira, 30 do corrente, pelas sete horas da tarde, a fim de lhes serem presentes algumas propostas elaboradas pela direcção, e que dizem respeito a melhoramentos de que o theatro carece.

Lisboa, 27 de março de 1860.—O presidente da assembléa geral, Francisco Vieira da Silva.

IMPRENSA NACIONAL

A administração geral da imprensa nacional tem para vender uma grande porção de papel impresso, proprio para emburrar, e muitos massos de cartas de jogar de antigos e desusados padrões, estampadas em cartão e em papel collado. As pessoas que quizerem examinar estes objectos, para se habilitarem a offerecer o seu lance em carta fechada, dirigida á mesma administração geral, podem apresentá-las na imprensa nacional, em qualquer dia até ás quatro horas da tarde, ao fiel dos armazens de impressos, que lhes permitirá o respectivo exame. No dia 3 de abril proximo, pelo meio dia, serão abertas as cartas dos offereentes, em presença dos que se apresentarem áquella hora.

ANNUNCIOS

1 DOMINGOS CAMEZULI BRIFFA, sua mulher D. Veneranda Pizany da Cruz Briffa, cunhadas e cunhados, têm a agradecer a todas aquellas pessoas que tiveram a bondade de virem visitar, e mandarem saber, durante a enfermidade do seu presado cunhado e irmão José da Cruz, igualmente agradecer a todos os que se dignaram acompanhá-lo á sua ultima morada, em quanto pessoalmente o não fazem, pedindo desculpa por toda e qualquer ommissão nos convites.

2 JOSÉ BRUNO LOPES CARREIRA e Antonio Maria Campelo, como testamenteiros do fallecido Antonio José Vieira da Silva, antigo empregado do banco de Portugal, por cumprirem com as disposições testamentarias do mesmo fallecido, não fizeram participação ou convite aos amigos do mesmo para assistirem ao seu funeral, nem á ex.ª direcção do banco de Portugal, e seus companheiros empregados no mesmo banco, aliás satisfariam a um dever que lhes cumpria.

3 PELO JUÍZO DE DIREITO DA 6.ª VARA, e orphãos do bairro de Belem, escrivão Motta, correm editos de trinta dias, a requerimento de João José Ferreira Portugal, chamando todas as pessoas que se julgarem com direito á propriedade de casas, e suas pertenças, sita no logar e freguezia de Camachide, pertencente ao casal do fallecido Joaquim de Azevedo, que arrematou em hasta publica, para o fim de fazerem a referida habilitação, sob pena de revelia, e de se proceder ao arrematamento de todos e quaisquer encargos de decimas, fóros, pensões, hypothecas, dotes, tornas de partilhas, e outros quaisquer, por mais privilegiados que sejam, por isso que todos reverterem para o producto depositado; isto com a comminação de lançamento e revelia.

4 PELO JUÍZO DE DIREITO E ORPHÃOS da 6.ª VARA, e cartório do escrivão Motta Sobrinho, correm editos de trinta dias, a requerimento de Antonio de Sousa Rebelo Mello d'Alte, de quem é curadora sua mãe, D. Maria Catharina de Brito Mendonça Vidal Rebelo.

5 NO JUÍZO DE DIREITO da comarca de Elvas, escrivão Coudado, correm editos de trinta dias, a requerimento de Francisco Rodrigues, chamando quem tenha direito ao producto de um olival no sitio do Caril de Olivença, que foi do ex-recebedor d'aquelle concelho, João Baptista Figueira e Silva, com pena de se julgar livre para o arrematante, subrogando-se a elle os encargos para o preço da arrematação, que se acha em deposito.

6 MARIA DO SEBASTIÃO, autorizada por seu marido Antonio Gomes Martins, do logar de Prados, julgado de Celorico da Beira, pretende habilitar-se unica e universal herdeira de sua sobrinha paterna, Maria Lopes, filha de Manuel Lopes Moceto, do referido logar: correm editos de trinta dias no juízo do sobredito julgado, chamando quem tiver direito a impugnar a referida habilitação, sob pena de revelia, e de se proceder aos donativos termos legais.

7 D. MARIA JUSTINA DA CONCEIÇÃO GRILLO, D. Amalia Zeferina Grillo, e Domingos Rodrigues Grillo, como irmãos e unicos herdeiros de D. Leonor Romana Rodrigues, habilitam-se no cartório de Marques, a fim de averbarem em seus nomes, a saber: a 1.ª uma acção do banco da Portugal, n.º 9510, de 500000 réis; duas inscricções da junta do credito publico, de 1000000 réis cada uma, n.ºs 817 e 818; a 2.ª duas inscricções ditas de 1000000 réis cada uma, n.ºs 819 e 14651; duas ditas de 500000 réis cada uma, n.ºs 15119 e 15121, e uma de 100000 réis, n.º 27491; e o 3.º uma inscricção de 500000 réis, n.º 13824, e os quatro quintos de uma acção do banco dito, de 500000 réis, n.º 9511, em que já lhe pertence a 3.ª parte: quem jus tenha, ou a impugnar a sua identidade, deduz-a no prazo de trinta dias, pena da lei.

8 A DIRECÇÃO DA MESMA COMPANHIA, em cumprimento do que dispõem os seus estatutos, faz proceder á venda em leilão na casa da praça do commercio, no dia 29 de março de 1860, das duas ás tres horas da tarde, por intervenção do cartório do numero Miguel Mac Briffa, de cinco acções da dita companhia, das quaes as de n.ºs 268, 1108, 1259 e 1260 pertenceram á fallecida socia D. Maria Joanna Baldava, e a de n.º 1067 ao fallecido socio Bernardino Ribeiro da Silva Henriques, ficando o producto da venda em deposito para ser entregue aos herdeiros habilitados dos mesmos socios fallecidos, assim como os rateios a que tiverem direito até ao do anno de mil oitocentos cinquenta e nove inclusive. Ao comprador se passarão novas acções, pertencendo-lhe os lucros e responsabilidade dos prejuizos que se liquidarem desde o principio do corrente anno. Lisboa, 24 de março de 1860.—Os directores, Antonio José Pires Grandas—Luiz J. Soares.

9 NO DIA 18 DE ABRIL PROXIMO FUTURO, pelas dez horas, no tribunal da Boa Hora, perante o juiz de direito da 4.ª vara, escrivão Cordeiro, se ha de proceder á arrematação, para graduar o aforamento, de um terreno pertencente ao vinculo instituido por Fernão Alvares de Andrade, de que é actual administrador o ex.º conde de Lumiar, em cujo terreno se acha edificada uma propriedade de casas de corrente praça, a qual para a sua venda, n.ºs 18 e 22, e para o largo da Annunciação, n.ºs 1 e 2, municações annuaes, a propriedade possui Joaquina Maria dos Prazeres Avelar: o foro foi avaliado em 30252 réis, e está justa a proprietaria com o ex.º conde de Lumiar dar-lhe de foro 375815, e laudemio de vintena. Affixaram-se editos de vinte dias para ter logar a gradação, visto ser menor a immediata sucessora a ex.ª D. Maria da Gloria do Santissimo da Cunha e Mezes.

HOSPITAL DAS CALDAS

10 A ADMINISTRAÇÃO D'ESTE HOSPITAL ha de pôr em praça, e arrematar a quem por menos fizer, o fornecimento de carne de vacca para o asylo do mesmo hospital, desde 15 de maio proximo até igual dia do anno de 1861: o que deverá ter logar no dia 18 de abril do corrente anno, pelas dez horas da manhã, na sala da contadoria d'este estabelecimento.

ESPECTACULOS

THEATRO DE D. FERNANDO

Jendi 29, 3.ª representation des zouaves (Crimée)—Le Diner de Madelon, comédie en un acte de Désaugères.—Intermèdes de chant.—Le Tirelire, vaudeville en un acte.

On commencera á 8 heures.

REAL THEATRO DE S. CARLOS

Hoje 29 de março (67.ª recita de assignatura): opera Nabuccodonosor.

Sabbado 31 de março (recita extraordinaria em beneficio do asylo da mendicidade) irá novamente á scena a opera Vespersa Siciliana.

A administração d'este asylo desejando por esta occasião não ser pesada aos seus beneficeiros, a quem nunca recorre em vão, não remetteu bilhete de camarote nem de platéa para o citado beneficio; mas pede por este annuncio a todas as pessoas que costumam favorecer a pobreza desvalida que hajam de concorrer na noite de sabbado proximo ao theatro de S. Carlos, aonde o producto do espectáculo será applicado ás necessidades d'este pio estabelecimento, que hoje dá abrigo a mais de setecentos desvalidos.

Os srs. assignantes que quizerem ficar com os seus camarotes, ou logares de platéa, terão a bondade de o declarar ao camaroteiro até ao dia 29.

THEATRO DE VARIEDADES

Hoje 29 de março: A Coroa de Carlos Magno. Principia ás 7 horas e 3 quartos.

OBSERVATORIO METEOROLOGICO DO INFANTE DOM LUIZ, NA ESCOLA POLYTECHNICA

Latitude + 38° 43' 43". Longitude + 9° 8' 49". Greenwich. Altitude 97,9 metros. Distancia ao Tejo 4,226

QUADRO DOS VENTOS E CHUVAS

ANEMÓGRAPHO													UDÓGRAPHO												
DIRECÇÃO DO VENTO — RUMOS													VELOCIDADE DO VENTO EM KILOMETROS												
DIAS													DIAS												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												
Método da manhã													Método da tarde												
Método da noite													Método da noite												